

ISABEL CRISTINA LEITE

COLINA - OPOSIÇÃO ARMADA E MEMÓRIAS DO REGIME
MILITAR EM BELO HORIZONTE (1967-1969)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

MARIANA, 2006

ISABEL CRISTINA LEITE

COLINA - OPOSIÇÃO ARMADA E MEMÓRIAS DO REGIME
MILITAR EM BELO HORIZONTE (1967-1969)

Monografia apresentada ao Curso de História
da Universidade Federal de Ouro Preto
como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Bacharel em História. Orientador:
Prof.Dra.Heloísa Greco.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2006.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Elizabeth, por sempre me apoiar apesar de me achar “sempre na contramão da história” e por todo o carinho e dedicação de uma vida inteira. A minha irmã e aos primos Tadeu e Toninho.

Por reconhecimento à orientação, disponibilidade e afeto, agradeço à professora Dra. Heloísa “Bizoca” Greco, que acompanhou de perto minha ansiedade, principalmente nos momentos finais deste trabalho. Mais do que orientadora, transformou-se numa grande referência e amiga.

Às professoras que aceitaram fazer uma crítica leitura deste trabalho e que em outros momentos deram valorosas contribuições: Dra. Margarida Luíza de Matos Vieira e Dra. Priscila Carlos Brandão Antunes.

A minha querida Magdalena Gastelois, pela revisão do texto e pelo exemplo de vida.

Aos meus entrevistados que gentilmente me narraram parte de suas histórias e cederam alguns documentos primordiais para a pesquisa: Carmela Pezzuti, Irani Campos, Jorge Nahas, Cláudio Galeno Linhares, Elza Porto, Berenice e, especialmente, Maria José Nahas e Ângela Pezzuti.

A outras pessoas que de alguma maneira colaboraram: Maria Angélica Bonome, Carlos Aníbal Nogueira, Maria Mercedes Amaral, Patrícia Lins e Lidiany Barbosa.

Aos colegas do Arquivo Público Mineiro, do UNI- BH e do Instituto Helena Greco.

Ao professor Celso Taveira; à Keka, ao Zé Arnaldo, pelos bons momentos e de risadas proporcionados nas suas viagens ao “barrocó” de Diamantina e nas informalidades da cantina.

Ao “seu” Weberty pelos almoços de domingo e pelos mergulhões.

Aos sempre amigos Lalinha, Larinho, Rosiley e Márcia.

Às velhas amigas: Elza, Cleide, Maria Helena, Wânia e Verinha. Aos novos amigos que fizeram da minha passagem nesta Universidade a melhor época da minha vida: Maria Angélica, Dani “Bigorna”, Mariana, Wal, Amanda, Everton “Qblza”, Andrezin, Túlio “Comunista”, Sânzio, Ricardo, Sarah e as “Lolitas”, Márcia, Juliano, Fernando Lucas, Umero e Carlos tantos outros de tantos outros momentos e conversas no “redondo”. Aos republicanos da Rasga-Saia pela convivência diária e os agradáveis momentos na cozinha, em especial à Gaby e ao Raoni; aos da Aruanda e Covil dos Loucos, pelas boas acolhidas.

Aos amigos incondicionais, de todas as horas e para vida inteira: Céia, Diego Ornar, Vanessa, Valéria, Juan, Biagini e Gustavo “Pantro”.

Finalmente, ao Flávio Righi, pelo incentivo, correções, discussões, impressões, até pelas amolações do “se...” e, sobretudo, pelo companheirismo mesmo “nas horas infernais e nos dias sem tempo”.

Para Isadora, Carolina,

Helena e Paulo

RESUMO

A presente monografia de Bacharelado em História Política do Brasil analisa a luta armada como uma proposta política no combate à ditadura militar (1964-1985). Num estudo de caso, apresento o grupo COLINA - Comandos de Libertação Nacional e suas propostas revolucionárias. Para o grupo, oriundo da POLOP (Política Operária), limitar-se às discussões teóricas não era suficiente, o que era necessário naquele momento seria mais ousadia para chamar a atenção da sociedade para o engodo que representava o regime militar. Apesar de sua breve atuação, o COLINA foi uma das organizações pioneiras em assumir seus assaltos como atitudes políticas e soube dosar militarismo com discussões teóricas não conseguindo, assim, total desvencilhamento da tradição da POLOP. A história oral é usada como metodologia de apoio para que, através dos depoimentos, possamos conhecer de perto os “protagonistas anônimos” desta história.

RÉSUMÉ

La présente dissertation de “Bacharelado” en Histoire Politique du Brésil analyse la lutte armée comme une proposition politique dans le combat à la dictature militaire (1964-1985). Le groupe COLINA- *Comandos de Libertação Nacional* et ses propositions révolutionnaires sont ici présentes dans une étude de cas. Se borner à des discussions théoriques de la POLOP (Política Operária), organisation d'ou est issu le groupe, ne semblait pas satisfaisant à ces dissidents. Ce qui leur semblait nécessaire à ce moment-là, c'était plutôt la hardiesse d'attirer l'attention de la société sur le leurre représente par le regime militaire. Malgré sa brève durée, le COLINA fut une des organisations d'avant-garde pionnières à assumer des assauts en tant qu'attitude politique. Il a su doser le militarisme et les discussions théoriques, arrivant, ainsi, à une totale rupture de la tradition de la POLOP. L'histoire orale est utilisée comme méthode d'appui dans le but de connaître de près, à travers les témoignages, les “protagonistes anonymes” de cette histoire.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Cap. 1. Tempo presente e memórias de resistência.....	15
1.A “outra” História , o tempo presente e a “dignidade da política”.....	15
2. História oral e memória.....	19
3. Principais referências para a pesquisa.....	23
Cap.2. “O que será que anda na cabeça destes amantes?” - A esquerda brasileira e as mudanças no pré-golpe.....	27
1.Os “camaradas” do Partido Comunista Brasileiro.....	27
2.Os “companheiros” da Nova Esquerda.....	33
3.A POLOP em Minas: rupturas e continuidades.....	37
Cap. 3. “Devagar é que não se vai longe”- A exportação da revolução cubana e a violência revolucionária.....	40
1.Uma arma na mão.....	40
2.... e um modelo na cabeça.....	47
Cap.4. Um estudo de caso: os Comandos de Libertação Nacional.....	51
1.Como e quando surgiu o COLINA.....	51
2.Sistematização das ações: o “Comando Nacional”.....	56
3.Composição social e trabalho com as massas.....	57
4.O foco guerrilheiro.....	62
5.Disciplinária revolucionária.....	64
6.Principais ações.....	67
Cap.5. “Se você corre o bicho pega, se fica eu não sei não” - O aparato repressivo.....	71
1.A Doutrina de segurança Nacional.....	71
2.A cultura do simulacro.....	74
3.A OBAN e CODI-DOI.....	77
4.A tortura.....	78
5. A Penitenciária e o Documento de Linhares.....	83

Cap.VI. “Se eu demorar uns meses, convém, às vezes, você sofrer” - as memórias e trajetórias guerrilheiras.....	90
1.O golpe.....	91
2.Amilitância.....	92
3.Exílio.....	96
4.A volta ao Brasil.....	98
5.A autocrítica.....	100
Cap.VII. “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres...” - Feminismo e luta armada.....	105
1.Gênero e memória.....	105
2.Feminismo e luta armada.....	107
Conclusão.....	114
Relação das Entrevistas.....	125
Documentos DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro.....	125
Matérias de jornais.....	126
Documentos cedidos pelos entrevistados.....	127
Bibliografia.....	127

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof^a.Dra. Heloísa Greco
Orientadora

Prof^a. Dra. Margarida Luisa de Matos Vieira

Prof^a. Dra. Priscila Carlos Brandão Antunes

Introdução

“A história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser,
com menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.”
Agnès Chauveau e Philippe Tétart¹

“Quem se esquecerá de um tempo onde o esquecimento virou método de sobrevivência?”
Herbert Daniel

I.

O presente trabalho é contribuição para a busca da compreensão do que foi o fenômeno da luta armada, que teve seu início no Brasil na década de 1960, como forma de resistência à ditadura militar instaurada no país em abril de 1964. Para tanto, faço estudo de caso de uma organização chamada COLINA - Comandos de Libertação Nacional, surgida em Belo Horizonte nos anos 60 (1967 -1969). Embora de pouca duração, essa organização foi uma das pioneiras neste tipo de luta. Foi expressiva sua atuação teórica e prática no cenário da chamada nova esquerda do período.

Neste estudo de caso, fiz uso de depoimentos de ex-militantes do COLINA, de uma ex- agente penitenciária, simpatizantes da causa; de correspondências enviadas do exílio, arquivos pessoais gentilmente cedidos pelos meus entrevistados. Além, é claro, de parcela de documentos da organização presentes no acervo do extinto DOPS (Delegacia de Ordem Pública e Social), depositados no Arquivo Público Mineiro e jornais presentes no acervo do projeto Carmela Pezzuti da UNI-BH e do Projeto B Brasil: Nunca Mais.

Qual é a finalidade de um trabalho sobre este tema - esquerda revolucionária - hoje? Encontro em Marc Bloch pequeno início para possível resposta: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”². O que se vê no Brasil atual, dito democrático, é a grande decepção de parcela da população com o governo onde parte de seus integrantes foram militantes que combateram a ditadura, sejam eles “extremistas ou moderantistas”³, como diria Bobbio. Parte daqueles que tiveram maior visibilidade em seu trabalho de militância no passado, hoje, entrou para o “sistema” tão criticado por eles. Há um olhar diferente sobre este passado de militância hoje? Direita e esquerda eram, então, muito bem identificadas. Hoje nem tanto. São, na maioria, e *grosso modo*, apenas siglas e bandeiras azuis ou vermelhas.

A escolha deste tema não é, definitivamente, por engajamento na causa, tampouco por ter alguém na família que tenha sofrido nas mãos de torturadores. Meu conhecimento do período se deu através das músicas de Chico Buarque ainda no ensino fundamental. As aulas eram repletas de imagens e casos sobre as manifestações, as rebeldias e o que de novo aparecera no período. Em casa, por influência dos primos, fui descobrindo mais e mais coisas que aconteceram naqueles “anos difíceis”.

O mais interessante de se fazer uma pesquisa, principalmente sobre o tempo presente, é a possibilidade de uma conversa informal ser transformada num

estudo. O objeto em si - o COLINA, foi escolhido após uma conversa num teatro com amiga, quando um dia questionou-me sobre qual seria meu curso de escolha para ao fazer o vestibular. Ao saber da minha resposta - a História, ela me contou que os “terroristas” atacaram a casa dela à época da “revolução de 64”. Seu marido fora interventor e ela falou sobre o medo por que passou. Começou aí minha “aventura” na luta armada. Claro, que, em princípio sustentava a visão romântica destes militantes e de seus “atos heróicos”, porém, a pesquisa me levou a uma visão mais crítica do fato. Recorrendo mais uma vez a Tétart: “o pesquisador, se baixa a guarda no exercício de seu ofício, arrisca-se a ceder o lugar ao moralista: assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la”⁴. Tem sido um exercício constante, uma vez que é quase inevitável não se envolver com as pessoas que se entrevista, personagens desta história que conheci em livros e que, de uma hora para outra, estão à minha frente relatando suas vivências. Se eu acreditasse mais em predestinação, diria que “estava escrito” que trabalharia com tal temática por algumas evidências: moro na rua Luis Soares da Rocha: com a pesquisa, soube que foi Superintendente do policiamento geral do estado de Minas Gerais, torturador, um dos responsáveis pelo inquérito do grupo COLINA em Belo Horizonte; quando me mudei-me para Mariana, fui morar num local por onde passava um ônibus para o bairro COLINA. Enfim, o que realmente importa não são todas essas coincidências, mas o estudo que se segue. Não é minha pretensão esgotar o tema, há ainda muito a ser pesquisado.

II.

A monografia está dividida em sete capítulos. O primeiro trata da discussão acerca da “nova história”, da metodologia utilizada para a pesquisa e debate historiográfico sobre o que já se produziu sobre a esquerda revolucionária nos anos 1960-1970. No segundo, há a apresentação da esquerda tradicional - o Partido Comunista Brasileiro e sua atuação a partir da segunda metade da década de 50, que levou a uma insatisfação por parte dos militantes, ocorrendo, desta maneira, as cisões dentro da esquerda. Será apresentada parte na chamada “Nova Esquerda”, que surgiu a partir dessas divergências. Há maior ênfase à POLOP e ao “racha” -usando a linguagem do período, do IV Congresso de 1967, que dá origem a outras organizações mais radicais, inclusive ao COLINA. Apresento a discussão acerca do novo perfil da militância pós-64 e as maiores divergências entre os grupos. O terceiro capítulo refere-se à contextualização da luta armada no ambiente revolucionário mundial, suas especificidades e principal modelo seguido -o cubano. No quarto capítulo é apresentado nosso principal assunto - o grupo COLINA e suas propostas revolucionárias, influências, composição social, formas e frentes de atuação entre os anos de 1967-1969. O capítulo cinco trata da cultura repressiva construída no Brasil - cujo ápice foi o Estado autoritário e seus mecanismos de coerção aos seus oponentes. Além disto apresento a Carta de Linhares, primeiro documento de denúncia às torturas ocorridas dentro das prisões e divulgado para o mundo. O sexto capítulo é destinado à fala dos entrevistados e

suas visões acerca do golpe, da militância, do exílio e da volta ao Brasil. Por fim, na última parte do trabalho, uma breve reflexão sobre gênero e luta armada.

Capítulo I - Tempo presente e memórias de resistência

“Satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento”

Marc Bloch⁵

1.1 A “outra” História , o tempo presente e a “dignidade da política”

Segundo Ângela de Castro Gomes, o estudo da história política no Brasil é tradicionalmente marcado por uma produção de história político-administrativa que privilegia as “grandes narrativas” e os grandes acontecimentos, personagens e batalhas. Foi somente a partir da “revolução historiográfica” dos Annales que se constituiu uma “outra” história, em oposição à “antiga”, que se caracterizou, dentre outras coisas, por valorizar os atores coletivos, passou a ser econômico-social, e voltada para as estruturas ⁶. Também não se pode deixar de lembrar a “revolução historiográfica” brasileira ocorrida na década de 30 com Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. O que também marca esta “outra” história é acréscimo de metodologias - como a história quantitativa e a oral - e a incorporação do tempo presente em seu campo de estudo. A partir de então, houve a possibilidade de trabalhar com outras fontes.

Chartier chega a dizer que esta gama de possibilidades de estudos, metodologias e fontes causam inveja nos historiadores modernistas, por se tratar de “uma pesquisa que não é a busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com

seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”⁷. O autor também fala da aflição com a proximidade imediata que nos une ao objeto e da problemática da aspiração à verdade presente nesta história recente. É sentimento real, e implica o grande risco de uma situação de desconforto entre pesquisador/pesquisado em determinadas situações pois, ao contrário da história tradicional, o “objeto”, muitas vezes, acompanha o desenvolvimento da pesquisa.

A incorporação do tempo presente data da década de 1970, sob fortíssima influência francesa e tem como marco inicial a criação do IHTP (Institut d' Histoire du Temps Présent). Nesta época, houve, segundo relata Bédarida, “um retorno vigoroso da história e da memória, uma busca ansiosa de identidade, a crise dos paradigmas das ciências sociais, enfim, um presente cheio de incertezas”⁸.

Juntamente com esta nova “categoria” histórica - o tempo presente - houve o chamado “embaraço semântico”, levantado pelos franceses com as categorias história do presente, história próxima e história imediata. Segundo Chauveau & Tétart, elas não fazem referência às mesmas cronologias, mas, pertencem ao campo do contemporâneo. Tais autores dividem a história próxima como algo em torno dos últimos trinta anos e história do presente como a dos cinquenta e sessenta últimos anos⁹. O que se observa dentro do estudo do tempo presente é o chamado “retorno do político”, usando a expressão de René Rémond, de forma que o autor observa que o político “pode ser um objeto de conhecimento científico, assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo”¹⁰.

Chama a atenção para que a história política, bem como a narrativa e a biografia, voltaram à cena com a crise da Nova História, onde estas estavam sob controle dos Annales em proveito da história econômica e social. O político não é um fato isolado, tampouco imutável. Pode-se inscrevê-lo na longa duração e na mudança. Apesar de muito ligadas, há a distinção ente história próxima e história política.

Para Rémond:

O interesse do político não é próprio da história recente e o político não está exclusivamente ligado à proximidade do tempo. Certamente, cabe perguntar se o político, na sua consistência e em seus modos de intervenção não evolui bastante no decorrer das eras para pedir diferentes abordagens segundo os períodos¹¹.

Hannah Arendt opera também o sentido do político no âmbito da “dignidade da política”. Em estudo sobre a obra da filósofa, Bignotto & Moraes afirmam que, para ela, a política tem vida própria, de forma que “a ação, atividade política por excelência, possui um caráter imprevisível, inaugural, quase milagroso. Por isso ela apresenta-se sempre em ruptura com os encadeamentos históricos”¹².

A discussão acerca da relação entre história e poder, isto é, da história política, é grande e instigante, causadora de controvérsias e provocações. Falcon trata destas questões mais a fundo em ensaio intitulado “História e Poder”. O autor cita Rémond em uma de suas defesas da história política:

O importante é deixar claro que o político existe, distingue-se de outros tipos de realidades, constitui algo específico, é irreduzível a outras realidades, pode ser determinante ou determinado, é dotado de certa autonomia e é capaz de *imprimir sua marca e influir no curso da história*.¹³

Em contrapartida, Julliard se coloca a favor de uma “condenação” da história política, por julgá-la por demais psicológica, elitista, biográfica, que ignora os condicionamentos e a análise, é narrativa, ideológica, parcial, factual, dentre outras coisas. Enfim, vítima das “más amizades” acima citadas, ela pereceu, mas não desapareceu. Para o autor, ela há muito tempo deixou de produzir sua problemática e trabalhos inovadores. Ele acredita que o historiador político deve cada vez mais fazer perguntas a longo prazo, trabalhar com a permanência e não apenas com a mudança¹⁴. E para dar continuidade às diversas colocações desta história, temos em Burke uma questão provocativa:

O território da política expandiu-se no sentido de que os historiadores estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola, ou até mesmo na família. Entretanto, o preço de tal expansão é a crise de identidade. Se a política está em toda parte, qual a necessidade de uma história política?¹⁵

A pesquisa situa-se nestes moldes da chamada “outra” história, história política, com a valorização das narrativas trazidas no bojo do tempo presente, de personagens cuja ação foi a principal bandeira. A razão de ser dessa busca diz respeito ao combate à diluição da função principal da História: a reflexão e compreensão dos dramas de nosso tempo.

I. 2. História oral e memória

Aponto como um dos principais contrastes entre a “antiga” e a “nova” história a questão das fontes. Se, na visão tradicional, a história deve se basear nos documentos, a “nova” opera também com outras fontes. Os registros oficiais fariam a chamada “história oficial”. Para fazer a história dos “de baixo”, a dos hereges e dos rebeldes, há a necessidade de outros tipos de fontes. A partir dessa premissa, lanço mão da história oral tanto no que se pode chamar de convencional, ou seja, os depoimentos dos militantes do COLINA e de “participantes transversais” envolvidos indiretamente com o grupo. Utilizo ainda as correspondências dos exilados, baseando-me na obra de Angela de Castro Gomes, “Escrita de si, escrita da história”, tendo em vista que as cartas são escritas em linguagem informal, como conversa entre “companheiros”.

A história oral surge na segunda metade dos anos 1960, no Estados Unidos, mas sua difusão mundial se dá somente na década seguinte. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, foi entre os anos de 1965 a 1977 que houve desenvolvimento de núcleos de história oral nos Estados Unidos. O primeiro ciclo de expansão da metodologia era essencialmente voltado para o estudo das elites e sua tarefa era basicamente preencher as lacunas do registro escrito. Um marco que se pode considerar foi a criação da *Oral History Review*, em 1973, onde acontece a afirmação da história oral como “voz dos excluídos”, a partir de trabalhos sobre a guerra do

Vietnã, das lutas pelos direitos civis de minorias (mulheres, negros, imigrantes). Teve a função de recuperar a trajetória de grupos dominados que a história oficial deixou no esquecimento. A história oral firmava-se, desta forma, como um instrumento de construção de identidade de grupos. Não houve, no princípio, “bons olhos” da academia para ela¹⁶. Um grande marco para a consolidação dessa metodologia como uma contra-história, foi o lançamento em 1978 de “A voz do passado”, de Paul Thompson. Para esse autor, “as possibilidades mais ricas da história oral se encontram no desenvolvimento de uma história mais socialmente consciente e democrática”¹⁷. Mais adiante, ele justifica a sua utilização:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras¹⁸.

História e memória têm um relacionamento tão próximo, como afirma Le Goff, que uma alimenta-se da outra, chegando a ponto de se confundirem¹⁹, apesar das suspeitas que a primeira levanta sobre a segunda. Nora estabelece diferenciações entre elas, quando escreve que a história é “laicizante”, que demanda análises por todo o tempo; ao contrário da memória, alimenta-se de lembranças vagas, sensíveis a cenas, censuras e projeções²⁰. A memória precisa de lugares por estar sempre em movimento nas vivências cotidianas, podem ser lugares materiais, simbólicos ou funcionais; no caso da pesquisa, o lugar pode estar numa carta,

numa colcha feita na prisão, numa fotografia, num pedaço de jornal, num convite de casamento, pode ser a penitenciária, ou seja, em rastros. Na reflexão de Nora, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”²¹.

Para Halbwachs, a lembrança é reconstrução do passado influenciado pelo presente, a memória individual, está sempre remetida a um determinado grupo como forma de uma construção de identidade. “Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida destas vibrações, em nós ou nos outros”²². Recebemos uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. Pode-se afirmar que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que o ponto de vista se desloca à medida que são recebidas novas informações. A memória é, assim, re-significada. Este processo remete à referência ao “espaço da experiência (passada) no presente”²³, ou melhor, “toda memória é mais uma reconstrução que uma recordação”²⁴.

Na construção desta identidade “guerrilheira”, alguns dos elementos principais de ligação do grupo, de pertencimento, são a memória de resistência ao regime, a memória de dor por terem sido torturados, a memória de solidariedade com os outros companheiros. Mais que o caráter político da organização, as entrevistas revelam particularidades e dificuldades pessoais de pertencer a este grupo, mesmo tendo sido uma escolha consciente. Há alguns anos este tema deixou

de ser um grande tabu. Hoje, encontramos diversas biografias e auto-biografias de guerrilheiros e há maior facilidade de se conversar com eles. Ao falar sobre a militância, estão saldando contas com o passado que não passa, como afirma Jelín²⁵. Segundo a autora, que trata de memórias da repressão na América Latina, estas memórias são, sobretudo:

Elementos clave em los procesos de (re) construcción de identidades individuales y colectivas em sociedades que emergen de períodos de violencia y trauma.²⁶

Nesses casos de memórias de trauma há a questão dos “silêncios”. Pode-se não se falar por medo, como no caso de regimes ditatoriais, onde o medo de perseguição é uma constante. É esse o caso da minha entrevistada, que foi agente penitenciária, e prefere, por cautela, não ter o nome revelado, na remota possibilidade de outro golpe ou de algum tipo de revanchismo. No caso dos militantes, há, em três casos especiais - Cláudio Galeno, Carmela Pezzuti e Irani Campos, uma fala mais contida e sem a referência a alguns nomes que fizeram parte desta história, por questões éticas - citar quem não quer ser citado, ou, uma outra questão não menos delicada: por mais que se fale sobre esse passado, ainda existem algumas “feridas abertas”.

Orlandi²⁷, analisa outro tipo de silêncio, o do meio da entrevista, que pode ser o “fôlego” para a tão representativa (re) significação da memória. Há uma relação entre o dizível e o indizível em casos extremos dentro desse tipo de memória.

Há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma de não calar mas de dizer “uma” coisa para não dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política.²⁸

Como bem observou Ecléa Bosi, e que ficou claro durante a pesquisa, o juízo de valor intervém com grande insistência no âmbito da memória política. De forma alguma os acontecimentos são narrados de forma neutra. Os personagens julgam, marcam bem o lado a que pertenciam e reafirmam suas posições .

I. 3. Principais referências para a pesquisa

É na segunda metade da década de 1980 e início de 1990 que foram publicadas as principais referências acadêmicas sobre a nova esquerda. Um problema com o qual nos deparamos é a ausência de trabalhos atuais mais aprofundados sobre o assunto.

A primeira obra lançada sobre a temática da luta armada tem sua publicação, ainda no ano de 1976, em edição portuguesa. Intitulada *A esquerda armada no Brasil 1967-1971*³⁰, composta por uma série de relatos de alguns poucos militantes oriundos dos movimentos estudantil e operário, que falam de suas experiências na militância armada e sobre os sequestros realizados neste período. Sem crítica alguma, faz somente uma descrição e propaganda das ações dos guerrilheiros - tratados como heróis. Isto fica evidente ainda no prefácio:

A leitura do livro é empolgante, suas páginas descrevem ações heróicas praticadas contra o inimigo. De outra forma não poderia ser. Os revolucionários, quando pegam em armas para exercer a justa violência revolucionária contra os

opressores do povo, deixam gravados na história os seus exemplos empolgantes de heroísmo e dignidade ³¹

Outra obra sobre o assunto da nova esquerda e luta armada, a que se faz referência constante, é a de Daniel Aarão Reis Filho. Organizada por ele e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução*³² é a primeira coletânea dos principais documentos das mais expressivas organizações de esquerda num recorte de 10 anos da ditadura militar (1961-1971). Na introdução, os autores - ex-militantes, traçam o panorama geral do que foi esta nova esquerda com suas características e diferenciações, do que denominaram a “velha” esquerda. Ainda é de Reis Filho uma das referências obrigatórias para a compreensão do fenômeno da luta armada, intitulado *A revolução faltou ao encontro*. A sua idéia de estudar a “nova esquerda” surgiu em meados da década de 1970, num período em que as formas de luta revolucionárias se mostravam ineficientes frente ao regime instituído e vários militantes se encontravam no exílio buscando os “porquês” dos fracassos. Sua leitura se mostra crítica (e autocrítica) em relação aos erros primários dos revolucionários nas concepções sobre a realidade brasileira e na forma de luta; o autor dá detalhes sobre as demais organizações comunistas - seus pontos de divergências e convergências, trata das questões que se referem às várias interpretações referentes ao caráter da revolução e do governo que seria implantado.

Ainda de suma importância é o trabalho de Jacob Gorender³⁴, *Combate nas trevas*. Em análise que dosa tratamento acadêmico com traços autobiográficos, o

autor descreve organizações e debates internos, como personagem ativo e comprometido com os fatos. Esta obra encerra as publicações de ex-militantes sobre o tema no presente trabalho. Deixo claro que, neste caso, não estou falando de biografias e autobiografias, mas sim de estudos acadêmicos sobre as organizações.

No que concerne os relatos biográficos tenho como referência algumas obras importantes, inclusive, de militantes do COLINA, como *Passagem para o próximo sonho*³⁵, de Herbert Daniel; *O sonho exilado*³⁶, de Maurício Paiva; *Companheira Carmela*³⁷, também desse autor, porém este narra a história de Carmela Pezzuti; mais recentemente lançado, o *Uma tempestade como a sua memória*³⁸, contando a história de Maria do Carmo Brito. Outros relatos enriquecedores estão em *Memória de mulheres no exílio*³⁹, uma compilação de depoimentos cujo nome é mais que explicativo, mostra a gama de motivos que as levaram para fora do país.

Lanço mão também de *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti, que segue a linha de pensamento de Reis Filho, acrescentando, contudo, o panorama cultural do período e a influência deste sobre a esquerda⁴⁰. Enfim, ambos tratam da questão da derrota dos revolucionários como um incômodo permanente para os próprios militantes. Como um “espectro” de uma revolução frustrada: a não revolução socialista, ou, a revolução às avessas como a de 1964, que veio a serviço do capital internacional⁴¹. Ridenti inaugura a nova fase de estudos de uma geração que não tinha idade para militar nesse período, tendo, teórica-

mente, “um certo distanciamento” do tema. Por fim, transversalmente ao tema, Denise Rollemberg trata do apoio de Cuba à luta armada no país: a autora dá detalhes destas relações dentro de algumas organizações guerrilheiras⁴³.

As influências dessas obras no trabalho serão tratadas nos capítulos que se seguem.

Capítulo II – “O que será que anda na cabeça desses amantes” - A esquerda brasileira e suas mudanças no pré-golpe.

“O perverso, o cruel de uma ditadura é que ela te obriga
o tempo inteiro a você ser herói ou a ser um covarde”
Jorge Nahas

II. 1 Os “camaradas” do Partido Comunista Brasileiro

Não se pode fazer um estudo sobre a esquerda brasileira sem fazer referência ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Através de um breve histórico do Partido, podemos compreender as suas mudanças que culminariam em pontos nevrálgicos - a Declaração de 1958 e o V Congresso de 1960, onde houve a redefinição das estratégias do Partido entre os anos de 1961-1964 e que ocasionou os “rachas”, dentro da esquerda. E, também, com essa “volta às origens” pode-se analisar o aparecimento do “ser comunista” e, mais tarde, do “ser guerrilheiro”. Não que o guerrilheiro não seja comunista, mas esta distinção se mostra acentuada depois do golpe, com a Nova Esquerda. Mais que uma identidade, essa distinção tem por trás de si a concepção de estratégia e luta revolucionárias, que fazem toda a diferença na oposição ao regime.

A criação do PCB deu-se em 1922, com claro objetivo de “conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. O partido da classe operária brasileira deveria também, lutar e agir pela com-

preensão mútua internacional dos trabalhadores”⁴⁴. Pregava-se a instalação direta do regime comunista por via insurrecional. Alguns anos mais tarde é que se mudou a concepção, quando passaram a acreditar numa revolução burguesa como pré-requisito para a instalação do comunismo. É importante ressaltar que o PCB só foi aceito como membro da Internacional Comunista em 1924. Até então, não foi considerado um partido com identidade puramente comunista. Segundo o parecer da Internacional Comunista, recebido então pelo partido, em 1922, ele não era ainda um “verdadeiro partido comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença da maçonaria e influenciado por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do partido e a confusão reinante entre teoria e prática comunista”⁴⁵.

Ainda no ano de sua criação, o Partido experimentou o primeiro período de uma série de outros na ilegalidade.

A década de 1930 é marcada pelo que Pandolfi chamou de “prestismo”. Com a filiação de Luis Carlos Prestes, o partido saíra do gueto. Ela observa que o prestismo era maior que o pecebismo. Pode-se observar, nesse período, o aumento da adesão de militares ao PCB. O partido passa a ser o representante dos camponeses, marinheiros e soldados revolucionários, não mais exclusivo do proletariado. Já na década seguinte, houve a consolidação dessa proposta de transformação do partido que até aquele momento era de quadros, em partido de massas, voltado para a luta pela democracia. A luta antifascista na década de 1940 devol-

veu-lhe um curto período de legalidade (perdida em 1946), conquistando uma força política expressiva pela primeira vez em sua história.

Com todo este prestígio, o partido sentiu-se seguro para tomar posições mais “radicais” no início dos anos 50. No mesmo ano, lançou o Manifesto de Agosto⁴⁶, onde pregava a formação da Frente Democrática de Libertação Nacional que seguiria um programa, que propunha, dentre outros objetivos: acabar com a ditadura “feudal-burguesa” favorável ao imperialismo e incentivar o desenvolvimento independente da economia. Houve uma estratégia de insurreição com a proposta de formação de um exército popular de libertação nacional, clamando pelo “armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta de libertação nacional e para a defesa da nação contra ataques do imperialismo e de seus agentes no país”⁴⁷. O real divisor de águas dentro do PCB, contudo, e de certa forma da própria esquerda brasileira, é a “Declaração de Março” datada de 1958. Esta declaração foi considerada pelos próprios comunistas a re-fundação do partido. Foi a conjuntura internacional que influenciou diretamente este repensar sobre a linha política do PCB, por causa do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em 1956. Seu Secretário-Geral, Nikita Krushev, assumiu o poder na URSS após Stálin em 1953. Quando do famoso congresso, as questões expostas por Krushev trouxeram a público todo o desvirtuamento do governo de Stálin: as perseguições, o culto à personalidade, a tortura, a censura, os processos-farsa contra os líderes bolcheviques, dentre ou-

tros⁴⁹. Começou em todo o mundo o processo de “desestalinização” dos PCs, com a substituição de quadros mais comprometidos com Stálin. Segundo Santos, houve certa resistência inicial dos comunistas brasileiros, a acreditarem na veracidade das denúncias, pois há anos estavam assimilando o marxismo-leninismo codificado por Stálin⁵⁰. Após a dolorosa aceitação do fato, começou o necessário processo de autocrítica do partido, que culminou na referida resolução.

A declaração trouxe uma nova interpretação da realidade brasileira e do modo de agir do partido. Para os comunistas de 1958, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se em cima de relações atrasadas no campo - pré capitalistas e baseadas no latifúndio, cuja economia era dependente do estrangeiro. Em sua análise, os “resquícios feudais” interferem no progresso da agricultura, que tende a ser lento, pois o nível de vida das massas é baixo e a exploração elevada, as possibilidades de expansão do mercado interno são pouquíssimas, logo, acentua-se a desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, onde umas são mais industrializadas que outras. O Estado brasileiro seria defensor dos interesses dos latifundiários e dos grandes empresários ligados ao imperialismo. Haveria, porém, uma “brecha” na burguesia que seria progressista e estaria interessada na independência econômica do país, e na superação dos atrasos causados pelo imperialismo norte-americano e pelas relações semi-feudais na agricultura. A esses burgueses progressistas, os comunistas propunham alianças, para que então se pudesse fazer a Frente Ampla e dar fim aos entraves. A questão da hegemonia

nesta Frente Ampla era deixada para o futuro, uma vez que não desapareceriam as contradições entre proletariado e burguesia.

O que nos chama a atenção neste documento é o item relacionado ao caminho tomado para a revolução etapista, antiimperialista e antifeudal brasileira. Um caminho explicitamente pacífico, reformista, com o cuidado de agir dentro da legalidade. Por estarem convictos sobre o modo pacífico de ação, a palavra aparece com frequência por todo o texto. Para se ter uma idéia do cuidado tomado pelos comunistas - nas ações e nas palavras- podemos citar o trecho mais “radical”, no que se refere ao uso da violência:

No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da Nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade - **a de uma solução não pacífica.**⁵¹

Se houve a possibilidade de se pensar em luta armada dentro do partido, neste momento, ela foi remotíssima e, se existiu, não foi declarada. No que concerne à vanguarda da revolução, os comunistas não têm dúvidas: seriam eles, militantes do Partido Comunista Brasileiro, que estariam à frente do proletariado, dirigindo-os no cumprimento das tarefas da luta revolucionária.

Em 1960 houve o V Congresso do PCB fortemente influenciado pelas teses de 1958. Reis Filho caracteriza este congresso como sendo a busca de um equilíbrio, em que, de um lado, estariam “a aliança com a burguesia, a ótica desenvolvimentista, o caminho pacífico e as reformas no marco do regime vigente”

e do outro “o estímulo às lutas sociais, a reafirmação do papel do Partido e do proletariado, a luta pela hegemonia na Frente Única”⁵². Além disto, criticavam o “esquerdismo” dos anos 50, os oportunistas e revisionistas. Tanto a Declaração de Março quanto o V Congresso deram origem às primeiras cisões dentro da esquerda brasileira, o que significou a perda da hegemonia que o partido havia conseguido, até o momento, e a necessidade de outras interpretações acerca dos acontecimentos políticos do pré-golpe.

Com a posse de Jango, o PCB pensou ter encontrado base para sua sustentação política. Achavam que em seu governo iriam conseguir efetivar a libertação nacional. Com o desenrolar dos meses, porém, o presidente não correspondeu às expectativas dos comunistas, adotando políticas conciliatórias e muitas vezes vacilantes. A determinação do não rompimento do partido com a burguesia passou a ser questionada. De acordo com relato de Gorender, outra dificuldade encontrada pelo PCB à época de Jango foi se defrontar “com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo”⁵³

Após o golpe militar em 1964 ficou claro para a nova esquerda toda a fragilidade do Partido Comunista, a sua pouca capacidade de crítica e análise de conjuntura. Era o fim da hegemonia deste, dentro da esquerda brasileira.

II. 2. Os “companheiros” da Nova Esquerda

A origem da expressão (New Left), remonta aos historiadores ingleses oriundos do PC Britânico - dentre os quais figuravam Hobsbawn, Thompson, Hill e Anderson, que pretendiam “escrever a história por baixo”, cujos debates no interior do marxismo foram de grande valia para a compreensão de suas nuances. Em seus trabalhos colocaram em evidência a participação de grupos políticos, movimentos sociais, organizações e partidos, realçando a riqueza dos debates e contradições internas⁵⁴.

No Brasil “nova esquerda” as organizações e partidos clandestinos surgidos no início da década de 1960 que faziam críticas ao PCB ou se opunham a ele. O termo “nova” quer dizer “diferente” e não se opõe a “velha”, no sentido de ultrapassada⁵⁵.

Por ser nova, esta esquerda têm características peculiares, que serão discutidas ao longo do trabalho, destacando-se: a) as diferentes interpretações e práticas políticas que divergiam acerca do caráter da revolução - libertação nacional ou diretamente socialista - orientação revolucionária ou reformista - se pegariam em armas ou fariam trabalho com as massas; b) busca de um modelo internacional - seja o chinês, o cubano ou outro, para a legitimação de suas ações; c) a questão do choque de gerações - se antes do golpe os militantes eram mais velhos, com longa trajetória política geralmente ligada ao PCB na nova esquerda, a média de idade baixa para 20-22 anos; d) a questão da clandestinidade que influenciou muito

na dinâmica desses grupos, pois formaram-se microcentros de poder. Segundo Reis Filho & Sá, a fragmentação da esquerda trouxe um saldo positivo: a derrubada do mito do *partido único* representante das massas, conceito este que “prepara e justifica a ditadura política contra o povo, embora exercida em seu nome, que é o que se tem visto nos processos de construção do socialismo”⁵⁶.

Nos primórdios da NE, destacam-se três importantes organizações que serão base para demais desdobramentos: PC do B (Partido Comunista do Brasil), POLOP (Política Operária) e AP (Ação Popular). Por mais que essas organizações rompessem com o PCB, não se pode negar que em alguns pontos eram convergentes, como na certeza de que o capitalismo no Brasil não tinha mais saída, e que o latifúndio e o imperialismo participam do golpe militar⁵⁷.

O PC do B apareceu da cisão de um setor stalinista do PCB. Seu embrião data de debates no interior do partido entre 1956-1960. Reivindicavam ser a continuidade do partido fundado em 1922. Por mais polarizado que fosse, manteve a mesma concepção de revolução em duas etapas do chamado PCB. Só se tornou expressivo realmente no final da década de 60: pode-se ressaltar que a única experiência de guerrilha rural foi feita pelo PC do B no Araguaia entre 1972 e 1974, apesar do envio de quadros para a região ter começado ainda no final da década anterior. Quando dos momentos de tensão anteriores à cisão do partido o "núcleo dirigente" do que seria o PC do B fez o balanço crítico de suas ações, e o que pôde para se defender: defenderam a URSS, relativizaram os crimes de Stálin. Al-

gumas organizações que tiveram o PC do B como raiz foram: Ala Vermelha do PCdoB, PCR e MRT⁵⁸.

Outra corrente que conquistou quantidade expressiva de adeptos foi a Ação Popular. Seu início remonta à década de 50, ligada à Igreja Católica. Posteriormente ela deixa de seguir esta instituição e passa a ter influência cubana, e em meados de 1968 está sob influência maoísta. Tinha a perspectiva de luta pelo socialismo a partir dos movimentos de massa. Sua base era muito bem articulada no “A,E,I,O,U católico”, sendo: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Foi principalmente a partir da JUC que se formou a AP. De tamanha adesão, por muito tempo a direção da UNE esteve nas mãos de integrantes desta organização. Seu lançamento acontece em 1962 e seu nome originou-se da *Revue d'Action Populaire*, publicada por jesuítas franceses. Sua opção foi por uma “ideologia própria”, o “socialismo humanista” que estava em voga nos meios marxistas europeus⁵⁹.

Por fim, O que nos interessa mais especificamente, a POLOP. A sigla da organização tem como origem o nome de uma publicação chamada Política Operária, que começou a se difundir no final de 1960. A organização em si surgiu em 1961, formada por simpatizantes do pensamento de Trotsky e Rosa Luxemburgo. O grande destaque da POLOP foi a série de publicações intituladas “*Aonde Vamos?*”, em que se discutiam as propostas sobre o caráter socialista da revolução

brasileira. Pregavam que o rompimento com a burguesia seria necessário, pois, ao contrário do que o PCB acreditava, ela não tinha potencial revolucionário, mas sim um duplo caráter - um entreguista e outro nacionalista. Dentre as propostas do grupo estavam a formação de uma frente de trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo, e a organização dos “comitês de empresa” dentro de cada local de trabalho, que seriam uma forma de organização autônoma dos trabalhadores, longe de influência de ministérios ou pelegos. Para esses militantes, o país já estava maduro para a instalação do socialismo e não via meio-termo para sua implantação: reforma ou revolução; socialismo ou imperialismo. Acreditavam na necessidade da formação do partido de vanguarda e que o proletariado constituiria essa vanguarda. Por desenvolverem críticas veementes contra o stalinismo, ficaram conhecidos como trotskystas, mas não era o caso, segundo Daniel Reis Filho, e o entrevistado Jorge Nahas⁶⁰. Já Gorender afirma que a organização reiterou o obreirismo Trotskysta. A POLOP chegou a ter núcleos regionais em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Realizou quatro congressos, sendo o último o que nos interessa, ocorrido em meados de 1967, pois dele saíram suas dissidências. O grupo de Minas fundiu com o grupo da Guanabara para formar o COLINA e o de São Paulo deu origem à VPR⁶¹

II .3. A POLOP em Minas - rupturas e continuidades

A Política Operária tinha em sua formação grandes intelectuais, o que fez da organização uma grande referência teórica cujo legado foi deixado para o COLINA. Um de seus fundadores de destaque, de acordo com Jorge Nahas⁶², foi Eric Sachs - um quadro de formação da esquerda erudita européia, que militou no partido social-democrata alemão. Segundo Apoio Heringer Lisboa, o pensamento teórico desta organização era mais arrojado⁶³. Cláudio Galeno Linhares concorda neste ponto da elaboração teórica, porém é crítico, dizendo não saber se essa teoria era “elaborada para o bem ou para o mal”⁶⁴. A POLOP tinha a preocupação de dar a seus militantes uma base política sólida, com cursos ministrados de tempos em tempos sobre o marxismo-leninismo. Nomes recorrentes que proferiam estes cursos são de Angelo Pezzuti e Jorge Nahas, que serão de importância na formação e ação do COLINA. Tais cursos eram uma forma de recrutar quadros mais dedicados, para fazer parte de “algum movimento mais organizado”⁶⁵. Outros instrumentos originários da POLOP em Minas e herdados pelo COLINA foram o Centro de Estudos da Medicina (CEM) e o Piquete.

O CEM foi criado no início dos anos 60, como forma de resistência não institucional, uma vez que o Diretório Acadêmico da escola de medicina da UFMG estava fechado em razão de algumas manifestações ocorridas ao seu redor. Era uma forma legal de discutir os problemas brasileiros num ambiente onde havia o cerceamento do diretório acadêmico, e as organizações e partidos estavam

clandestinos⁶⁶. Para além das questões da categoria, debatia-se sobre todos os temas da época: o poder negro dos EUA, a guerra do Vietnã, cultura popular, etc. Mais que isso, o CEM serviu como centro de disputa com outras tendências do movimento estudantil (ME) e organizações, principalmente com a AP, que tinha grande aceitação dentro do ME. Grande parcela dos quadros da POLOP, que faziam parte do CEM, migraram para o COLINA. Em 1967 - ano da grande cisão-ele estava funcionando a todo o vapor. Tal foi a importância do CEM, que chegou a ser denominado de “4ª célula” pela “repressão”⁶⁷ - isto já no final do grupo COLINA⁶⁸.

Já o Piquete foi o elo da POLOP com a pequena base operária que possuíam. Era um jornalzinho de tiragem regular circulante principalmente nas regiões de Contagem e Betim, como forma de divulgação e “cartão de visitas” dos militantes no interior do Estado e nos meios operários. Falava das questões que envolviam a realidade operária- como as greves, e denunciavam as políticas contra os trabalhadores. Teve uma significância maior durante a greve de Contagem em 1968, o que será tratado no próximo capítulo.

Afinal, por que o rompimento da POLOP?

Nas entrevistas, a resposta que prima é a da necessidade da luta armada, com a qual POLOP não compactuava, num momento em que o regime dá sinais cada vez maiores de fechamento. Houve, claro, outros tipos de divergências teóricas que serão discutidos adiante. Uma vez que as possibilidades legais de luta

estavam cerceadas, a conclusão de parcela da esquerda foi de que só se podia enfrentar o regime diretamente pelas armas, com o uso da violência revolucionária já provada por Cuba que poderia ser eficaz. O apogeu da luta armada no país ocorreu em 1968.

Capítulo III – “Devagar é que não se vai longe” - A exportação da revolução cubana e a violência revolucionária

“El nombre del hombre muerto ,
ya no se puede decir-lo”
Caetano Veloso

III. 1.-Uma arma na mão...

Assiste-se, no Brasil, a partir dos anos de 1967/1968, a emergência de grupos armados. O que devemos ter em mente é que só se pode entender essa oposição armada como projeto político, dentro do contexto em que estava inserida: a ditadura militar. Num ambiente onde havia a “liberdade vigiada”, desaparecimentos de opositores, torturas, alguns militantes da nova esquerda achavam que trabalhar com a conscientização das bases para que depois elas se libertassem seria muito demorado. Havia a necessidade de valorização da *ação*. Por isso se isolaram e pegaram em armas para combater o regime e chamar a atenção de parcela da sociedade que vivia sob o engodo da normalidade pregada pela ditadura. Hoje em dia já não há dúvida sobre a relação do aparecimento da luta armada e o Ato Institucional nº5. Sabe-se que não é verdade que o primeiro apareceu como consequência do segundo, haja vista a existência das Ligas Camponesas ainda no início da década de 60. Possuíam o projeto de pegar em armas e tiveram, inclusive, apoio do governo cubano⁶⁹. Como lembra Reis Filho, antes mesmo da instau-

ração do regime em 1964 já estava no ar um projeto ofensivo por parte da esquerda⁷⁰.

Com o aparecimento desses grupos armados surgem as diferenciações entre uma identidade comunista e uma outra, guerrilheira. Este antagonismo de identidades decorre da influência do Partido Comunista. Como não podia ser diferente, a base das duas identidades é a mesma - pois, mesmo que se reneguem mutuamente, uma tem raiz na outra; o que diverge são os projetos e estratégias. Desde seus primórdios, o Partido Comunista se preocupava com a adoção do "espírito" do Partido. Por mais antagônico que possa parecer, para se construir uma identidade deve-se anular outra, ou seja, o ser comunista só existe em função do coletivo. Qualquer sacrifício pessoal deve ser feito em função do "todo". O que norteia a vida do comunista é "a abnegação, o sacrifício pessoal, a renúncia ao comodismo, a devoção integral à causa"⁷¹. Isto também era claro para os que pertenciam a esses grupos armados, que tinham muitas responsabilidades: a de serem responsáveis pela libertação dos explorados, a de serem a vanguarda da revolução socialista, a de pertencerem a uma elite poderosa por ser detentora do conhecimento de uma "verdade" ditada pelos grandes teóricos revolucionários, aos quais, aliás, a grande maioria não tinha acesso. A noção do "ser comunista" levaria à idéia do imobilismo político, do reformismo, e outras características que levaram às cisões e "ser guerrilheiro" estaria ligado à idéia de violência revolucionária, de ação.

Como explicar o “espírito contestador” e a radicalização dos jovens no mundo em 1968?

Um ponto primordial para o entendimento do que se passou dentro da esquerda mundial na década de 60 é o que se refere ao antagonismo, ao radicalismo X imobilismo abraçado por estes novos militantes⁷². Paul Berman levanta a questão de que estes jovens radicais fazem parte do *baby boom* do pós-II Guerra Mundial. Eles cresceram ouvindo as histórias de seus pais sobre os horrores do nazismo e as suas estratégias de resistência, assim sendo, enxergavam seus pais como heróis. O fato de possuírem um conforto que seus pais não tiveram também causou uma grande inquietação, principalmente nos que faziam parte de alguma organização de esquerda. A conclusão de Berman é que o radicalismo é resultado do desejo de se equiparar aos pais e reviver o heroísmo da época da resistência⁷³. Maria Paula Araújo chama a atenção para o fato de que este desejo de heroísmo não basta para justificar tamanho radicalismo. Houve uma *justificativa teórica para a violência*.

Em meio aos anos de enaltecimento à paz e ao amor, do movimento hippy, da onda de transeendentalismo que tomou conta de uma parcela da juventude, a prática política proposta e vivida por tantos outros jovens renovava o sentido da violência. Uma parte da esquerda ocidental (nos Estados Unidos e em vários países da Europa) rendia-se aos encantos da violência e se esforçava para justificá-la teoricamente, produzindo mesmo um enaltecimento da violência.⁷⁴

De acordo com Irene Cardoso, 1968 no Brasil significou uma miscelânea de desejos e perdas. Se por um lado trouxe em seu bojo as mudanças de compor-

tamento no campo dos relacionamentos, sexualidade, cultura, por outro, trouxe a violência tanto da direita - com uma “cultura do medo” e implantação do terror com a tortura - quanto da esquerda com a luta armada. As questões levantadas em 1968 ou foram “recalcadas” por quem as viveu ou foram instrumentalizadas, em parte, pelos pesquisadores das ciências sociais⁷⁵.

Conforme já explicitado anteriormente, uma das características marcantes na nova esquerda é a presença de jovens na direção das organizações. Ao tomar Sirinelli e sua definição de geração como sendo “criadas ou modeladas por um acontecimento inaugurador”⁷⁶, o que se tem são duas gerações distintas: de 1964 (geração do PCB) e a de 1968 (geração da nova esquerda ou da esquerda armada). A consolidação dessa forma de ação política mudava o perfil da militância. Os “velhos militantes” de 1964 já tinham trajetória de luta política vinculada, quase exclusivamente, ao PCB. Em contrapartida, os militantes da geração de 1968 - jovens de idades variando entre 17 e 25 anos, ligados ao movimento estudantil, não tinham história de vida partidária. Maria José Nahas também apresenta a questão da clandestinidade como outro fator que diferenciava a prática dessas duas gerações: “Isso era uma reação [terem que se reunir em locais diferentes para não serem descobertos], porque, [no] ano de 64, todo o mundo que era militante se conhecia, nós não tínhamos isso não”.⁷⁷

Daniel Aarão Reis Filho afirma que houve um choque de gerações. A nova leva de militantes que surgiu era composta por jovens sem experiência de direção,

sem tradição alguma de militância e com pouca capacidade de coesão. Após a derrota da esquerda com o golpe, os mais velhos haviam perdido o prestígio, e os novos estavam longe de adquirir a representatividade dos primeiros militantes de antes de 64⁷⁸.

Marcelo Ridenti afirma que a esquerda armada no Brasil não foi mais do que a manifestação mais radical do romantismo revolucionário⁷⁹. Segundo o autor, este romantismo enfatizava “a prática, a ação, a coragem, a vontade de transformação”. Buscavam no passado elementos para a transformação: “o homem novo” que surgiria após a revolução, tinha suas raízes no homem do povo, do campo. Este romantismo não era tão somente essa volta às origens, era no passado que buscavam elementos para a construção do futuro - uma sociedade não consumista e não desumanizada. Reis Filho faz coro a Ridenti, e chama a atenção para certos aspectos que fazem parte da esquerda e que devem ser revisados como o autoritarismo revolucionário e o messianismo de classes e partidos. Esta exposição é para a relativização da imagem mais difundida sobre os guerrilheiros que é a figura de jovens pouco responsáveis com ações ousadas. De boas intenções, mas equivocadas.

O AI-5 foi a coroação de uma situação construída ao longo dos quatro primeiros anos do regime. Se tomarmos os AFs anteriores e as leis de segurança nacional vigentes no pré-68, temos um sistema de inversões político-ideológicas reafirmadas pelo AI-5. Os atos institucionais constituem a distorção da noção de

legalidade, como afirma Marilena Chauí⁸⁰. No primeiro, tem-se a auto-legitimação. O segundo, para “preservar e consolidar a Revolução”, proíbe os cassados de frequentarem determinados lugares, têm a liberdade vigiada e o domicílio determinado. O quinto é especial por instituir o terror de Estado. Mostra em seu próprio texto introdutório que o governo seria capaz de qualquer medida para assegurar a “Revolução vitoriosa”.

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança (...) comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias que evitem a sua destruição⁸¹.

Nessa lógica, o presidente poderia decretar recesso do Congresso, das Assembléias e Câmaras. Poderia, também, nomear interventores em Estados e Municípios, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e o *habeas corpus* para crimes políticos.

Falar em revolução e democracia dentro desse contexto (luta armada e ditadura) é algo delicado, uma vez que em nenhum período da história recente do país a palavra revolução foi utilizada de maneiras tão opostas quanto no período em questão. Militares diziam ter feito a revolução quando tomaram o poder e os militantes acreditavam que ainda iriam fazê-la. Weffort⁸² acredita que os equívocos sobre os conceitos de democracia e revolução fazem parte da tradição brasi-

leira da qual a esquerda faz parte. E qual democracia seria esta, se governos autoritários se instauraram através de um discurso democrático?

O discurso democrático dos revolucionários seria somente um meio de alcançar o poder com o partido de vanguarda, que é o que conduziria as massas à revolução. Uma vez no poder, seria instaurada a ditadura do proletariado - mas acreditavam ser apenas um governo de transição até o fim da situação vigente. Daniel Aarão Reis vai direto à questão: “Neste período de militarismo mais exacerbado, a democracia não existe, mas isso é uma coisa assumida por todos”⁸³.

As organizações armadas se auto-nomearam a vanguarda revolucionária. As diferenciações entre a vanguarda (elitista) e o “resto” podem ser citadas em três dimensões, sendo elas: a maior valorização do saber teórico e científico em relação à prática; a existência de revolucionários profissionais que traziam a “verdade” aos demais, e finalmente, do caráter indispensável de seu papel político para “iluminar” o proletariado⁸⁴. Por estas características fica mais que evidente o caráter pouco democrático dessas organizações. Essa concepção é inteiramente leninista. O teórico já pregava a necessidade de haver no partido chefes “dignos desse nome” que deveria ser formado por “representantes de uma determinada classe capazes de pensar - a elaborar os conhecimentos e a experiência necessários e, além destes, a sagacidade política exata para resolver as questões políticas complexas”⁸⁵. Lênin já atentava para a importância do apoio das massas à vanguarda. Mesmo cientes disso, os militantes armados não conseguiram desenvol-

ver um trabalho eficiente com estas, em primeiro lugar porque a proposta de luta era baseada numa ideologia militarista, foquista e, na sequência, com o aumento da repressão, a tendência destas organizações foi o maior isolamento.

O fortalecimento da luta armada no Brasil foi influenciado pelas outras guerrilhas que ocorreram em outros locais do terceiro mundo: Cuba, Argélia, China, Vietnã, e outros países da América Latina.

III. 2... e um modelo na cabeça

Como saber se o caminho escolhido era certo se, apesar das influências, os modelos de revolução que se apresentavam estavam tão distantes da nossa realidade? Daniel Aarão Reis nos dá apontamentos para a reflexão sobre essa questão.

Segundo ele:

A procura de um modelo internacional - o cubano ou o chinês, não importa - é uma operação posterior, para legitimar a opção já tomada (pela luta armada). Isto não quer dizer que os modelos internacionais devam ser subestimados. Ao contrário, são cruciais, o papel legitimador que desempenham é crucial na manutenção dos laços de coesão internos às organizações comunistas.⁸⁶

A revolução de 1959 ocorrida em Cuba representou para as esquerdas de todo o mundo uma nova etapa onde se mostrou possível a substituição de um modelo económico já consolidado por outro considerado justo e humanitário. Além disso, evidencia a vitória conquistada através de uma estratégia de luta armada organizada em focos guerrilheiros. Esta ideia do foco - sistematizada por Regis

Debray - serviu de base para as organizações militaristas atuantes, em sua maioria, em 1968.

Emir Sader⁸⁷ pormenoriza a influência cubana nas organizações (militaristas, sobretudo) brasileiras. Para o autor, ela significou a atualização da revolução para a esquerda, pois, até então, o exemplo estava no longínquo 1917; a legitimação do exército rebelde e não do partido na condução dos fatos; uma nova estratégia - a guerra de guerrilhas; a questão do anti-imperialismo e do anti-capitalismo, sendo os Estados Unidos a “personalização” do inimigo; a solidariedade internacional como ideologia desde seu início; a ética e compromisso do revolucionário; a ênfase no papel da vanguarda e a criação do “homem novo”, solidário e participativo.

A *Revolução na revolução*⁸⁸ escrito por Debray em 1967, é embasado na experiência do autor, que militou na guerrilha ao lado de Che Guevara. Mostra a teoria e a prática da ação guerrilheira, que deu a vitória à revolução cubana. A guerra de guerrilhas americana constituiu “uma guerra ‘irregular’ para sitiá-las as cidades a partir do campo”⁸⁹. O autor fala da importância das regras militares a serem seguidas, da disciplina revolucionária, critica o papel dos intelectuais -que, ao se prenderem aos livros distanciam-se da realidade guerrilheira, têm pouco preparo físico e dificuldade de improviso em situações de risco. Também fala da necessidade da análise da realidade do lugar em que vai-se fazer a luta armada, porque em cada local ela encontra condições específicas. A guerra de guerri-

lhas acontece por etapas, sendo elas: a do estabelecimento primário num local de difícil acesso para a repressão; trabalho com a população local para conseguir adesão à luta - aí Debray ressalta o papel de mulheres e crianças, que não participam diretamente na luta armada, porém devem ser integrados à produção, à sabotagem, à informação e ao transporte⁹⁰. Uma vez conquistados os camponeses, eles seriam o braço armado da revolução, formariam o exército popular. O radicalismo da causa é expresso sem meias palavras quando o autor afirma que *"vencer é aceitar desde o princípio que a vida não é o bem supremo do revolucionário"*⁹¹. O foco guerrilheiro seria o "pequeno motor" que acionaria "grande motor" - ou seja, as massas - e que desencadearia a sonhada revolução. Outro tema não menos importante é tratado como a importância do partido de vanguarda, que deveria ser fortalecido para a condução firme da conquista do poder para os trabalhadores.

Para as organizações armadas brasileiras, Cuba não foi tão somente modelo distante a ser seguido. Foi centro de treinamento guerrilheiro. Houve o apoio efetivo deste país à luta armada, com o envio de dinheiro para algumas dessas organizações e financiamento para que os quadros fossem àquele país trabalhar "com quem entendia do assunto". Segundo Denise Rollemberg, o apoio de Cuba à luta armada no Brasil ocorreu em três momentos: primeiro, com as ligas camponesas em 1962; segundo, em 1965, logo após o golpe com o MNR de Brizola e a frustrada guerrilha do Caparaó, e terceiro: em 1967 com ALN de Mariguella⁹². A intenção de Cuba era "exportar a revolução" para toda a América Latina e, des-

sa maneira, consolidar a sua própria revolução. O maior fluxo de brasileiros indo para treinamento foi a partir de 1968, mas, têm-se notícia de que essa prática ainda persistiu depois do fim da guerrilha no Brasil, em 1975, quando, mesmo no exílio, muitos tinham a esperança de voltar e continuar a luta, como no caso de Maria José Nahas e Jorge Nahas.

De acordo com Maria José, em Cuba existiam muitos tipos de treinamentos, mas a sua opção foi pela medicina de guerra. Esta área era muito valorizada, segundo a entrevistada, que relatou a proposta recebida de militantes argentinos para irem militar no seu país, pois na organização deles só havia cardiologistas. O convite, que não foi aceito, ocorreu no início da ditadura na Argentina. Ela supõe que esses companheiros tenham sido mortos pelo regime. Ela fez pouco treinamento de guerrilha rural e só resolveu fazer o treinamento de tiro quando ela e seu então companheiro Jorge decidiram voltar para o Brasil e continuar a luta⁹³. Só desistiram de voltar após a queda do pessoal delatado pelo cabo Anselmo⁹⁴.

Através de relatos colhidos por Denise Rollemberg, duas coisas antagônicas ficaram evidentes: de um lado o *status* que se alcançava sendo um guerrilheiro habilitado em Cuba. Por outro lado, a habilitação tinha uma parte negativa: o treinamento afastava o militante do dia-a-dia de luta numa realidade que mudava muito rápido. Ao voltar à realidade, era desconhecida a dinâmica do combate⁹⁵.

Capítulo IV - Um estudo de caso: os Comandos de Libertação Nacional

“Qualquer análise teórica, qualquer reflexão teórica, era perda de tempo”
Guido Rocha⁹⁶.

A concessão aos próprios “protagonistas anônimos” da oportunidade de relatar as suas experiências é o que dá à história uma certa singularidade e riqueza de detalhes. O que chama a atenção nestes relatos é o ponto de convergência deles, no caso, a entrada para a militância armada. A partir deste ponto pode-se traçar uma linha, tortuosa, entre o início e o fim de uma organização comunista, uma vez que tão somente a análise dos documentos pode dar a impressão de uma total linearidade histórica. É com o auxílio dos relatos busco a reconstrução e a problematização da história do COLINA.

IV.1. Quando e como surgiu o COLINA

Para iniciar a história do COLINA, deve-se necessariamente fazer um breve retorno à POLOP para que compreender em qual momento da luta revolucionária houve a cisão e o porquê da cisão.

A POLOP realizou em meados do ano de 1967 seu quarto congresso em Santos. Tanto nos documentos da organização quanto nos depoimentos, fica claro que o principal motivo do rompimento com a POLOP foi a defesa de alguns à adesão à luta armada imediata. Para estes dissidentes não bastavam mais reflexões teóricas, havia necessidade de agir.

Queriam a formação de uma vanguarda militar inspirada nos focos guerrilheiros, para o enfrentamento armado à ditadura. Muito desta influência veio da revolução cubana e da chegada da obra *A Revolução na Revolução* de Régis Debray nas mãos destes militantes em meados de 1967. Em oposição a essa vanguarda militar estava outra, que era a vanguarda teórica que “ensinaria a classe operária a se organizar”⁹⁷. Segundo Guido Rocha, o primeiro caso - a vanguarda militar - se refere ao grupo COLINA e o segundo ao grupo que formaria a POC (Partido Operário Comunista), cuja proposta era a de formação do partido de vanguarda que conduziria a classe operária à revolução.

Meses antes do lançamento oficial do programa que seria a diretriz da POLOP (este datado de setembro de 1967) já pairava um clima de descontentamento entre quadros no interior da organização. Como um dos documentos que combate este programa é datado de agosto de 1967, creio na hipótese do conhecimento do programa por parte de Ferdinando Machado, membro da POLOP, antes de sua divulgação à “grande maioria” de militantes da organização. A primeira parte do documento escrito por Machado, é dedicada a recriminar a atuação de Ernesto Martins, considerado um dos grandes teóricos da organização. Segundo Ferdinando Machado, o que estava ocorrendo dentro do grupo era um cerceamento e desqualificação dos “companheiros” que questionavam as orientações de Martins, taxando-os de pequenos burgueses (o que representava um demérito aos olhos dos revolucionários). A POLOP estaria se tornando uma seita, presa ao

passado de “vanguarda ideológica”, educadora da massa, que não cabia mais naquele momento. Além disso, a POLOP não assumia seus erros, por exemplo, no caso dos “comitês de empresa”, apesar de se terem mostrado ineficientes foram utilizadas como palavras de ordem. Enfim, o documento é uma crítica importante à vaidade e à falta de conhecimento da realidade dos “intelectuais da revolução”, na pessoa de Ernesto Martins.

O ponto central deste documento é a análise e diferenciação do que seria a “vanguarda ideológica” e a “vanguarda política”. A primeira trata do que seria a POLOP naquele momento, como afirma Machado, onde os “socialistas de cátedra” ficariam na doutrinação da classe operária esperando que, através de seus ensinamentos, ela se conscientizasse de seu papel revolucionário e se insurgisse. Essa idéia já estava por demais ultrapassada naquele momento. A necessidade era da formação da “vanguarda política”, essa sim, no entender de Machado, seria a que realmente levaria a cabo a revolução. Era momento de tomada de atitude e “era preciso apresentar às massas uma perspectiva imediata de ação”⁹⁹. Antes do golpe era possível ser vanguarda ideológica sem ser política; depois disso, com a maior radicalização das esquerdas, precisou-se da prática para que o movimento operário saísse da “inércia”. O significado da defesa da luta armada, para Machado, é a educação da classe operária pela prática.

“Programa socialista para o Brasil”¹⁰⁰ é a resolução do IV Congresso . Os pontos principais dessa organização estão contidos nesse documento, a análise do

capitalismo estagnado no Brasil, a necessidade de se formar o partido do proletariado para a instalação da *ditadura do proletariado*, a proposta de criação de uma frente de trabalhadores da cidade e do campo, a formação dos “comitês de fábrica”, e a proposta da adesão de setores militares das baixas camadas. Para os militantes da organização, o governo dos trabalhadores seria de transição. O que se pode notar no documento é que há apontamentos mais radicais nas propostas da POLOP, uma vez que há o reconhecimento da guerrilha como forma de luta na formação de uma “Frente de esquerda revolucionária”. “O fato consumado da guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária”¹⁰¹. Este programa apresenta uma certa abertura, em tese, às novas idéias radicais dentro da organização, mesmo que não haja total apoio a elas.

A resposta dos dissidentes a esse programa foi imediata. Datado da mesma época que o “Programa”, “Carta aberta aos revolucionários” mostra a que veio esta nova organização. Para os revolucionários rompidos, a POLOP estava numa reprodução de discurso europeu que não cabia na realidade da luta brasileira e se denominava a “vanguarda ideológica” com suas consideradas falsas concepções e frases feitas. Outra crítica que os dissidentes fazem é que a POLOP acreditava que devia-se educar a classe operária com a utilização de “artifícios de propaganda” para incutir-lhes a consciência socialista, contudo, como vemos adiante, essa estratégia será defendida, mais tarde, pelo COLINA.

O ponto alto do documento e que marca bem a posição defendida até o fim da organização é a parte em que se aborda a questão da luta armada como “forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura - que terá que ser centralizada no campo, sob forma de guerra de guerrilhas”¹⁰², sendo esta uma forma de organizar a classe operária para acabar com o regime.

Guido Rocha, um dos mais antigos militantes que participou desde o início da POLOP e da formação do COLINA acredita que, naquele momento, o problema da POLOP estava em discutir problemas táticos de luta, quando a questão era política. Segundo o entrevistado, seu questionamento era “luta armada pra quê, pra conquistar o quê?”¹⁰³. Ele chegou a apoiar a luta armada, mas em defesa de uma Assembléia Constituinte (pois o problema, em seu entendimento, estava no âmbito da legitimação do poder). Para tal objetivo era preciso uma preparação para o ingresso nesta forma de luta, não a sua deflagração sem projetos.

A nova organização, em princípio, assina como “os revolucionários que rompem com a POLOP”¹⁰⁴, mais tarde seria conhecida como O “pontinho”, ou, Organização. O nome COLINA - Comandos de Libertação Nacional surge somente em 1968 com o início das ações. “Comandos”, refere-se à composição interna por células (ou comandos). Existiam as células de expropriação, sabotagem, inteligência, de levantamento de área e a célula urbana, que englobava o trabalho junto ao movimento operário e estudantil. Marcelo Ridenti chama a atenção para que o nome COLINA pode parecer ambíguo, uma vez que, indicava uma postura

pela revolução democrática (libertação nacional) sendo que, pelos documentos, a opção é pelo socialismo¹⁰⁵. Este grupo surgiu em Minas, porém, teve adeptos na antiga Guanabara. De acordo com Maria do Carmo Britto, a única semelhança entre os dois COLINA era a luta armada, não se discutia o caráter da revolução¹⁰⁶. Em Minas há indícios de maiores discussões, mesmo por que é uma das praticas herdadas da POLOP trazida por seus ex-integrantes.

Alguns nomes recorrentes na transição POLOP-COLINA são: Angelo Pezzuti, João Lucas Alves, Carlos Alberto Soares, Guido Rocha, Orosinda Goulart, Juarez Brito, Apoio Lisboa, Jorge Nahas, Dilma Vana Roussef, Gilberto Martins Vasconcelos, Herbert Eustáquio de Carvalho, Marcos Antonio Rocha, Reinaldo José de Melo, Jorge Batista Filho e Cláudio Galeno Linhares .

IV.2.Sistematização das ações: o Comando Nacional

Logo após o rompimento com a POLOP, em Minas, aventou-se a idéia da formação de um Comando Nacional, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro (Guanabara), de forma a sistematizar as ações destes grupos e seria “fruto da unidade de diversos grupos organizados em torno de princípios ideológicos de uma linha política e de uma prática revolucionária visando dar ao povo brasileiro uma alternativa real de libertação”¹⁰⁸.

O que se propunha era um balanço crítico das organizações presentes em cada estado, de forma que pudessem encontrar convergências. Em São Paulo ana-

Usaram duas organizações: a POLOP e o MNR. O que se de negativo foi encontrado nestas organizações foi a falta e uma política para aplicá-las às massas urbanas e uma grande centralização de função nas mãos de alguns, o que prejudicaria o trabalho em grupo, levando, assim, a um maior individualismo.

As análises feitas para as organizações da Guanabara apontaram para afinidades com a organização de Minas. Houve a união de forças da então “O pontinho” com outros revolucionários da Dissidência pecebista Guanabara (DI-GB) para fortalecer e homogeneizar a oposição armada ao regime. Isso fica claro no relatório policial sobre o grupo COLINA, que fala da ocorrência de ações de membros do COLINA aliados à Dissidência no antigo estado da Guanabara. Apesar desta aliança, o agrupamento de Minas tinha críticas a fazer a tal grupo como à sua origem sendo do ME, o que os tornou muito imediatistas e sem estratégias políticas. Já Minas em sua própria análise, deixa clara a sua opção pelas armas e a necessidade de se organizar em células para a formação de uma organização político-militar preparada para agir e tendo em vista o seu caráter militarista e o afastamento das massas¹¹⁰.

IV.3. Composição social e trabalho com as massas

A composição básica do COLINA era de estudantes universitários, ainda para endossar divisão proposta por Daniel Reis Filho entre as gerações de militantes, já apresentada no capítulo anterior. Pode-se afirmar que o COLINA era um grupo jovem em sua formação. O documento referente às sentenças dá uma idéia

disto. Ainda dentro destes indiciados, 16 têm menos de 25 anos (cerca de 60%), apenas 4 têm mais de 30 anos (cerca de 15%)¹¹¹. Além disto, nos depoimentos encontramos referências às questões das diferenças de idade, seja na referência feita por Maria José ao Beto (Carlos Alberto Soares), que todos admiravam e “que era o mais velho da turma, tinha 24 anos”¹¹² ou na análise de Irani Campos que ao entrar para o COLINA, tinha pelo menos cinco anos a mais que a maioria. Para ele esta diferença de idade fazia muita diferença no modo de militar:

Não viveram 1964 como eu vivi. Então, a experiência acaba valendo. Você não pode negar que ela é importantíssima na militância da gente. Depois disso, veio o golpe militar, (...) eu já tinha participado da luta pela legalidade em 61, para garantir a posse do Jango.¹¹³

Para o trabalho no meio estudantil foi de suma importância o CEM como local de recrutamento de quadros. É válido destacar que considerável parcela dos militantes desta organização e que chegaram aos postos de comando, ou destacados agitadores, foram estudantes de medicina da UFMG: Angelo Pezzuti, Apoio Lisboa e Jorge Nahas, nomes mais recorrentes. Maria José Nahas também foi da escola de medicina e a única mulher a participar de ações armadas. Irani campos trabalhou como técnico na escola de medicina e era membro do sindicato dos servidores públicos. Esta composição oriunda da medicina foi um fator decisivo para se implementar o “esquema médico”. Tal esquema consistia na participação de médicos que viviam legalmente, não estavam militando na organização, porém, estavam dispostos a ajudar. Desta forma, podiam ser contatados em caso de emer-

gência para atender dentro dos aparelhos ou ficasse de plantão quando algum quadro precisasse ir ao pronto-socorro¹¹⁴.

Por serem estes militantes “brancos, jovens, estudantes, naturalmente oriundos das classes médias¹¹⁵” passavam situações incômodas quando a teoria e a prática militante se mostravam antagônicas. Por mais que se discutisse a respeito da união de teoria e prática este “mal estar” persistia e se mostrava mais evidente quando dizia respeito a ter que trabalhar junto aos operários. A documentação referente à prática desta militância¹¹⁶ mostra uma visão bastante lúcida quanto às dificuldades a serem enfrentadas pelos estudantes no meio operário. Tinham ciência do total desconhecimento da causa, realidade e passado de lutas operárias. Para sanar este problema propunha-se uma formulação de teoria mais ligada às lutas concretas do proletariado, a divulgação de uma literatura de denúncia (que foi em parte suprida pelo *Piquete*), um modo e agir apropriado de forma que não seja muito diferente destes trabalhadores, e, até que militantes do ME que vão para o MO tranquem por até um ano seu curso para trabalharem em fábricas ou morarem em bairros operários. Pode-se ilustrar a dificuldade destes estudantes e classe média a se adaptarem a este outro meio pelo relato de Maria José Nahas: “Eu me lembro que eu me sentia muito sem jeito, muito sem jeito, que eu era aquela filha de médico do interior e indo pelos bairros operários, não é? Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Eu me sentia muito sem jeito com isso”¹¹⁷

Por melhores que fossem as intenções dos universitários, em apoiar os operários, a junção dos dois movimentos seria improvável. Na reflexão exposta apresentou-se a composição social dos universitários como sendo um grupo social com interesses próprios. Eles sabiam da capacidade de mobilização e radicalização estudantil, porém não poderiam se unir ao movimento operário mesmo sendo o objetivo comum aos dois: combater o regime e fazer a revolução. Assim como o ME tinha perspectivas próprias, o MO também as possuía e isto poderia causar atritos. Seria um erro uni-las.

Imperava o discurso em defesa dos operários, mas, dentro da própria organização, havia uma certa distinção entre os “intelectuais” e os que tinham origem sindical. O depoimento de Irani Campos é bem claro neste aspecto:

Era muito difícil, porque obviamente, uma grande quantidade do pessoal do movimento estudantil eles eram, na maioria inexperiente. (...) Não tinha experiência no movimento sindical, operário.(...) E a gente tinha divergências, (...) a gente sentia a diferença, mas não trazia prejuízo individual nenhum pra mim, nem pro movimento nem nada, mas eu sei de muitos companheiros que tiveram muita dificuldade. Muito mais dificuldade que eu. Porque eu lembro de um fato que mostra essa diferença, um companheiro nosso foi chamado de marginal porque era cantor de samba.(...) Dentro do COLINA. Eu era militante do COLINA. Todos dois. E pior que se deu isso na cadeia. Alguém tava cantando lá e um militante que era muito intelectualizado achava que beber cachaça e cantar samba é coisa de marginal. Aí você vê. Tem esses problemas, às vezes a gente tinha. Então você relacionar com umas pessoas que tem uma visão dessa, quer dizer, jamais um trabalhador militante, como eu e tantos outros ia ter uma visão dessa¹¹⁸,

A restrição feita pelos intelectuais aos “outros” não é, de forma alguma, via de mão única, ou seja, os próprios guerrilheiros enxergavam os “intelectuais” como pessoas incapazes para a prática da luta revolucionária. Para os integrantes

dos “comandos” a crítica faz coro à que foi feita por Machado anteriormente. Segundo eles, o intelectual se compromete com a teoria e, não raras vezes, contradizem com a prática do cotidiano da luta. É um “instrumento de autoafirmação”¹¹⁹, que abre espaço para oportunistas. Conforme afirma Jorge Nahas, o COLINA não conseguiu trazer os “grandes intelectuais” da POLOP, mas trouxe, pelo menos, os quadros mais politizados. Quando do surgimento da organização, após a cisão, eles criticavam muitos os intelectuais da POLOP, só que, com a luta armada, não tinham tempo a perder com este tipo de coisa¹²⁰.

O que se questionava em relação ao trabalho junto ao operariado no momento da cisão era a questão dos “comitês de empresa” defendidos pela POLOP em seu programa de 1967. Estes “comitês” consistiam na organização independente dos trabalhadores dentro das empresas de forma independente dos sindicatos “pelegos”. Acreditavam que, através destes, conseguiriam superar o papel dos sindicatos que supunham estar sob controle da burguesia, com a sua se política de Base¹²¹. O grupo COLINA não concordava com esta visão. Primeiramente porque bem ou mal, os sindicatos estavam legais e ofereciam maiores condições de mobilização da grande massa mesmo não sindicalizada. O erro na teoria do “comité” estaria na má preparação dos quadros militantes destinados ao MO e ainda na diferença, mais uma vez, entre teoria e prática. O “comité” não deveria ser um substituto do sindicato em seu papel de representante da classe, mas sim um instrumento de propaganda que auxiliaria o desempenho deste e que o teriam como

ponto de referência¹²². Em suma, para o COLINA, as características dos “comitês” ou e qualquer outro órgão que organizasse os trabalhadores em seu local de emprego, seriam órgãos de delegação direta de representação operária; órgãos de defesa efetiva de trabalhadores quando mediassem conflitos de caráter imediato com patrões; órgão educativo e politizante, para a formação de quadros para o futuro partido dos trabalhadores (vanguarda).

Jorge Nahas relata que o COLINA tinha “um pezinho” nos movimentos legais de massa (ME e o MO), mas com as primeiras prisões do grupo e com a ida para a clandestinidade, este trabalho teve que ser deixado de lado. O que se deve ter em mente é que a proposta desses grupos militaristas não era a atuação com as massas, contudo seu apoio foi fundamental.

IV.4. O foco guerrilheiro

O COLINA “importou” o modelo de resistência cubana, para fazer sua da revolução de caráter anti-imperialista e anti-latifundiária¹²⁴, sendo o foco guerrilheiro sua estratégia de ação para a tão sonhada tomada de poder e implantação do socialismo. Eram convictos de “que um exército só se destrói com outro exército”¹²⁵. Seria através do foco guerrilheiro que se formaria o exército popular revolucionário, cujo embrião são os guerrilheiros, que acabariam com o inimigo e construiriam um poder novo, revolucionário. Do mesmo modo surgiria o homem novo após a revolução, segundo dizia o próprio Guevara. Para ele “a mais importante ambição revolucionária é libertar o homem da sua alienação”¹²⁶.

Tal teoria do foco sugeria a formação de uma força móvel estratégica para a formação da guerrilha. Consistia no envio de quadros para uma região de difícil acesso para as forças policiais e políticas, responsáveis por reprimir as ações da esquerda revolucionária. Esta região era o campo, o “elo fraco da cadeia”, onde o nível de politização é menor. A escolha do local não era aleatória, os militantes passavam meses pesquisando e conhecendo bem a região. De acordo com Régis Debray¹²⁷, autor da teoria, em primeiro lugar eles deveriam procurar conhecer todas as possibilidades, os caminhos e os esconderijos para a fuga, caso necessário. O próximo passo seria o trabalho com as massas, o começo da conscientização dos camponeses através dos quais tentariam conquistar a confiança e o apoio para o grupo, transformando essa população no braço armado da revolução.

Este modelo não era comum à toda nova esquerda. A proposta de revolução da Ação Popular (AP), baseava-se na concentração e politização dos trabalhadores e negava a guerrilha como estratégia. O argumento forte do COLINA, em oposição à AP, está no fato de que os primeiros fariam o trabalho de massa antes do desencadeamento da luta armada o que, no final do trabalho, teriam o apoio dos trabalhadores ao Partido de Vanguarda; já a AP geraria o próprio Partido. A crítica ao modelo da AP ainda vai além, pois um trabalho político com as massas, aberto, como faziam, fatalmente atrairia a repressão para o lugar e inutilizaria a área de atuação¹²⁸.

IV.5. Disciplina revolucionária

O COLINA investiu mais na perspectiva da guerrilha do que na formação do partido - o dispositivo militar superava a questão política, por isto é uma organização militarista. Como tal, fez suas regras semelhantes às militares para serem seguidas¹²⁹. Tudo era muito bem pensado de forma que não houvesse falhas, que àquela altura do regime, poderiam ser fatais. Desde o perfil do militante ao como agir na prisão¹³⁰, pois, afinal, acreditavam estar numa guerra. O militante deveria “ter compromisso com o seu destino”¹³¹.

A própria estrutura interna do COLINA por células já demonstra sua preocupação com a ordem e disciplina. O contraponto desta estratégia seria a da ALN, por exemplo, onde as ações não eram coordenadas; ocorriam, às vezes, diversas ações no mesmo dia, no mesmo local, em horários diferentes, e um agrupamento não tinha conhecimento do outro. Havia, evidentemente, uma hierarquia entre as células e por questão de segurança somente um representante de cada comando se reunia com a direção. As decisões eram verticalizadas e centradas mais em torno do comando armado, onde se encontravam os maiores expoentes. O que entra em debate nesse ponto é a questão da democracia existente (ou não) dentro da organização. O discurso democrático dos revolucionários seria somente um meio de alcançar o poder com o Partido de vanguarda, que é o que conduziria as massas à revolução. Uma vez no poder, seria instaurada a ditadura do proletariado -mas acreditavam ser apenas um governo de transição até o fim do *status quo*. Pa-

ra Apoio Heringer Lisboa “a democracia interna era na medida do possível, subordinada à disciplina militar. Não tinha outro jeito também não”¹³³.

Há de se notar, também, que na contribuição do grupo do estado de São Paulo para a discussão interna do “Comando Nacional”, a noção de democracia é classista, pois fala da imposição da vontade da maioria dos trabalhadores sobre a minoria dos exploradores¹³⁴. É explícita a visão da luta de classes nos documentos. Daniel Aarão Reis é bem enfático na questão: “Neste período de militarismo mais exacerbado, a democracia não existe, mas isso é uma coisa assumida por todos”¹³⁵.

Na avaliação de Nahas¹³⁶, existiu dentro do grupo a estratégia da "tensão máxima", ou seja, controle muitas vezes psicológico da direção da organização para que não houvesse desertores. Em um momento de autocrítica, ele afirma que realmente a direção exigiu muito dos companheiros que estavam presos para não falarem e os que falaram foram estigmatizados, O que existia eram os sentimentos de extrema responsabilidade com a luta, compromisso com a militância e a dívida moral com os que morreram. Acreditavam que não poderiam abandonar a luta em virtude de outros que deram a vida por ela. Talvez um ponto que ajude a explicar a “tensão” e que endossa os apontamentos de Reis Filho a respeito desta seja a vaidade militante, (complexo da dívida, leque das virtudes, massacre das tarefas e celebração da autoridade, ambivalência das orientações e a síndrome da traição).¹³⁷ De forma alguma pretendo reduzir a análise, mas há uma significativa

recorrência de evidências. Se, anteriormente, pudemos observar esta crítica aos vaidosos intelectuais “polopeiros” nos documentos, a fala de Nahas parece bastante próxima da explicação que se segue:

A gente achava que as coisas dependiam muito da gente. Nós achávamos que... isso pra nossa auto-estima é importante, se você não achar isso também você não faz nada. Esse é um outro lado da moeda. Se você achar que você não é muito importante, mas a gente considerava que a nossa militância era muito importante. Depois a gente foi pro exílio (...) achando que tinha que voltar, porque se não voltasse, não ressurgiria a luta. Isso era uma ilusão, uma bobagem. 1974, o PMDB ganhou eleições no país inteiro. Nós ficamos surpreendidos com aquilo, nós achávamos que aquilo não aconteceria¹³⁸.

Há também a “têmpera de herói” a que ele se refere, mas em sua visão, ser herói ou covarde não é uma opção livre do militante, mas uma imposição do próprio regime ditatorial. Ou você combatia, ou você apoiava.

A origem do militante não era de muita importância no primeiro momento, porém, os pequeno-burgueses deveriam ter preparação política maior e treinamento físico mais completo, como se fosse para se redimir da “culpa” de sua origem. Além disso, deveriam ser conscientes da vida guerrilheira: o trabalho de arar, plantar, colher, transportar os mantimentos por léguas e léguas, além de possuírem, é claro, conhecimentos militares como o manejo de armas, preparação de explosivo, compreensão política do segredo militar, etc¹³⁹.

Podemos, também, ressaltar as regras que deveriam ser seguidas caso os militantes *caíssem* nas mãos dos torturadores. Um exemplo bastante elucidativo está na biografia de Maria do Carmo Britto:

Regra 1: Quanto maior número de horas você aguentar (tortura), mais tempo os companheiros terão para saber que você foi presa e assim não irão aos pontos de encontro; Regra2: Não falar. Se você não fala, não cai ninguém, então, ninguém fala de você. Você vai sofrer um pouquinho, mas depois aguenta; regra 3: Estabelecer um ponto de dor na hora em que injetassem *opentotal*, e assim, simular que desmaiou bem rápido, para assim impedir que continuem; Regra 4: Aproveitar todas as situações para o suicídio e Regra 5: Bater com a cabeça na parede até desmaiar¹⁴⁰

IV.6. Principais ações

Como os demais grupos guerrilheiros o COLINA se propunha a fazer guerrilha rural, e também como os demais (à exceção do PC do B no Araguaia) fez exclusivamente guerrilha urbana. Talvez por falta de experiência ou por sua pouca duração.

A guerrilha urbana serviria apenas para angariar fundos para a implantação da guerrilha rural e a ajuda aos integrantes que estavam na clandestinidade, uma vez que somente o dinheiro doado por simpatizantes à causa era insuficiente. Ocorreram furtos de carros e armas para as ações que foram poucas, mas de repercussão. As ações armadas tiveram início na segunda metade de 1968.

A primeira ação ocorreu em 23 de agosto de 1968. Foi um assalto ao Jeep da Secretaria da Fazenda cujo destino era a cidade de Guanhães. Fardados, interceptaram o carro, mas por um desencontro de informações, o dinheiro não estava lá¹⁴¹. A segunda ação ocorreu em 28 de agosto em assalto ao Banco do Comércio e da Industria, na avenida Pedro II, contudo, não possui mais informações sobre este assalto¹⁴².

No mês de outubro, três significativas ações. No dia 4, um assalto ao Banco do Brasil na Cidade Industrial onde, após a ação, foram jogados panfletos assinados pelo grupo. A importância dessa ação é que, provavelmente, foi o primeiro assalto assumidamente de cunho político do país e foi a *mise en scène* do COLINA para a sociedade¹⁴³. Dias após, estavam envolvidos na segunda greve de Contagem ocorrida naquele ano. A greve foi organizada e levada a cabo basicamente pelos grupos que atuavam naquela região - entre eles COLINA e AP. De acordo com os relatos, a participação do COLINA na greve ocorreu via *Piquete*, ou seja, na distribuição destes e no apoio logístico. Com o fracasso da greve, que só durou um dia, o sindicato sofreu intervenção, e o COLINA, através do *Piquete*, divulgou suas conclusões. Para eles, da organização, a greve não obteve sucesso por ter sido uma atitude precipitada e ter saído antes do tempo,. Culpam “os a-pressados que quiseram fazer a greve no peito” mas acharam válida a grande adesão de operários. O que pretendiam dali em diante seria organizar tudo clandestinamente, até para evitar que “dedos-duros” boicotassem os planos¹⁴⁴.

No dia 18 do referido mês, atacaram com bombas caseiras a casa do então delegado do trabalho Onésimo Viana e a casa do interventor do sindicato dos metalúrgicos, fiação e tecelagem e bancários, Humberto Porto. De acordo com o panfleto jogado na casa de Humberto Porto, tal ação foi um protesto contra a intervenção nos sindicatos, a prisão de alguns líderes da greve e a demissão em massa de trabalhadores com vários anos de trabalho dentro da empresa sem inde-

nização. Segundo o *Piquete*, chegaram a mais de 200 o número de metalúrgicos despedidos com mais de 10 anos de trabalho¹⁴⁵. A ação foi bem sucedida, conseguiu dar mais visibilidade ao grupo e a própria polícia reconheceu o quanto foi bem executada¹⁴⁶. Ainda em 1968 houve uma tentativa frustrada de assalto ao banco do estado da Guanabara em conjunto com militantes daquele estado¹⁴⁷.

O último ocorreu no dia 14/01/1969 em Sabará. O comando armado se dirigiu para a cidade a fim de assaltar os bancos Lavoura e Mercantil. Somente Angelo Pezzuti e Pedro Paulo Bretas foram presos ainda no mesmo dia. Carmela Pezzuti nos relata como a repressão conseguiu chegar a Ângelo:

E aí, lá na Sabará eles conseguiram passar, não foi ninguém preso mas eles, naquela euforia de ter passado (...), o Ângelo pegou... Não tinha aquela capacidade de ver que tava em perigo, não tinha limitação, eu acho que não tinha, porque o Angelo veio daquela passagem... Ele sabia que a polícia sabia... Sabe onde ele deixou o carro? Deixou na porta do Palácio! Deixou na porta do Palácio, e quando ele saiu, ele deixou a marca da digital dele, Ele já estava na clandestinidade, os outros não estavam na clandestinidade ainda. E ele deixou a marca da digital dele e deixou na porta do Palácio. Então foi preso. (...) Eleja estava na clandestinidade então não morava com os outros. Ele morava numa casa sozinho¹⁴⁸.

O plano era tentar resgatar Angelo Pezzuti, porém, a polícia chegou antes e conseguiu prender o restante do comando armado. O COLINA possuía três “aparelhos”. O que ficou mais conhecido foi o do bairro São Geraldo, local onde foram presos na madrugada de 29 de janeiro de 1969. Lá estavam Jorge Nahas, Maria José Nahas, Murilo Pinto, Júlio Bittencourt, Nilo Sérgio Menezes, Afonso Celso Lana Leite e Maurício Paiva. Foram encontradas dentro do aparelho as me-

trahadoras Thompson, o que causou o espanto aos policiais por estarem nas mãos de jovens quando nem a própria repressão possuísse armas dessa categoria. Houve tiroteio, um policial morreu. Maurício Paiva levou um tiro na perna. Todos foram encostados na parede e passaram por uma simulação de fuzilamento. O fato não se consumou porque Luiz Soares da Rocha¹⁴⁹ temeu pelas consequências do ato e o impediu. Ainda ficaram amarrados um ao outro pelo pescoço por um fio de arame, tudo isto acompanhado de espancamentos e ameaças. Em seguida foram levados para o DOPS. O COLINA foi o primeiro grupo armado a ser desmantelado. Começava para os integrantes a fase da prisão, torturas e das angústias que só terminaria, para muitos, em 1979 com a anistia¹⁵⁰.

Capítulo V - "Se você corre o bicho pega, se fica eu não sei não"- O aparato repressivo

“A tortura não é desumana; é simplesmente um crime ignóbil,
crapuloso, cometido por homens”
Sartre

V.1 A Doutrina de Segurança Nacional

A Doutrina de Segurança Nacional foi o principal arcabouço ideológico que orientou a ditadura desde seu início. Golbery Silva sintetizou os princípios da doutrina, como se segue: “Ocidente como ideal; a ciência como instrumento de ação; o cristinismo como paradigma ético”¹⁵¹. Foi a partir dela que se construiu a noção do *inimigo interno*. Heloísa Greco¹⁵² apresenta um histórico das raízes deste conceito incorporado pela LSN (Lei de Segurança Nacional), em 1967. Esta “classe” foi legitimada após a fusão da DSN, com os Atos Institucionais nº 1 (auto-legitimação do governo) e nº 2 (revolução permanente), cujo fim da legitimação se daria na LSN. Este inimigo é sempre o *outro*, o que vai contra a ordem instituída. Seja o colonizado nos primeiros anos, seja o marginal (classe perigosa), durante a nascente república, ou, no caso, o comunista, que se torna alvo a partir da Revolução de 1917. A autora descreve o processo da construção de uma classe letrada da sociedade onde se pode traçar uma linha direta de Varnhagen a Golbery. Esta sociedade letrada, cuja origem está no IHGB, formula um discurso

que leva à construção de uma *brasilidade excludente*, com que trabalha Henrique Samet, onde: “Estado e nação precisam de povo, mas não obrigatoriamente de cidadãos”¹⁵³. Seria a exclusão social e a opressão institucional a razão de ser da nacionalidade brasileira. A forma de combate ao inimigo é sempre a violência. Seja nos maus-tratos ao índio e ao escravo, as medidas higienistas nas classes baixas ou a tortura brutal contra os “esquerdistas”.

Para que a DSN surtisse efeito, a estrutura dos órgãos do Estado ficou da seguinte maneira: **Poder executivo:** Presidência assistida pelo Estado-Maior das Forças Armadas, pelo Alto Comando das Forças Armadas, pelo Departamento de Administração do Pessoal Civil (de consulta geral) e dois novos órgãos: Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O secretário geral tem funções semelhantes à de um primeiro ministro. **Poder Legislativo:** CSN reduziu a representação partidária a dois partidos, havendo supremacia do partido governamental. As funções foram reduzidas ao mínimo. **Poder Judiciário:** função de supervisão e controle dos atos estratégicos determinados pelo CSN. Todos os suspeitos de atividades contra a segurança nacional eram julgados em tribunais militares. CSN e SNI orientavam a ação da polícia e da justiça em relação à segurança nacional¹⁵⁴.

Após o golpe, foram criadas cinco leis de segurança nacional: a lei 1802 (já em vigor em 64) - que se ocupava *stricto sensu* dos crimes contra o estado; decreto n° 314 (1967) - onde “toda a pessoa natural ou jurídica é responsável pela

segurança nacional”; decreto nº 510 (03/1969) - modificou a lei anterior. A gravidade das penas foi aumentada e passaram a ser arrolados como delitos políticos fatos considerados de direito comum; decreto-lei nº898 (09/1969) - que reintroduzia a pena de morte no país para crimes políticos. Teoricamente esta havia sido abolida desde 1822. Além das leis de segurança nacional, existiam decretos que favoreciam a delação e davam poderes extraordinários a alguns profissionais, como, por exemplo, o decreto-lei nº 477, que dava poderes de polícia aos diretores de universidades. Por último, a lei 6620, que substituiu o decreto-lei 898/69, de 17 de dezembro de 1978, que nada mais é a nova Lei de Segurança Nacional na medida em que atribuiu poderes quase ilimitados ao ministro da justiça, responsabilização penal aos jovens de 16 anos, proíbe vinculação com entidades estrangeiras que “exercem atividades prejudiciais à segurança nacional”¹⁵⁵. Sem citar, claro, os “decretos secretos” relativos a qualquer assunto a respeito da segurança nacional¹⁵⁶. Era o fim do direito de defesa da população.

V. 2. Cultura do simulacro

O regime ditatorial nunca se assumiu como tal. Para tanto, todo um aparato publicitário foi montado para atingir a sociedade e convencer que éramos o país do “futuro”, o país do “milagre econômico”, de forma que tudo ia dentro da normalidade. Havia, também, a preocupação da divulgação dessa imagem no exterior, principalmente depois das denúncias feitas pelos exilados. É a “cultura do

simulacro¹⁵⁷”. Carlos Fico faz análise aprofundada desse eficiente sistema publicitário, mostrando que a imprensa, desde o início dos governos militares, se preocupava em mostrar imagens de militares sempre sisudos, em seus uniformes impecáveis, para que os setores sociais os apoiassem pois “tal imagem representava segurança, a impressão de que ‘agora haverá ordem’”¹⁵⁸. As agências de propagandas da ditadura foram a Aerp (Agencia Especial de Relações Públicas) e a ARP (Agencia de Relações Públicas). Para se diferenciar do antigo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que serviu à ditadura Vargas. Negavam o personalismo dos generais, (com exceção aberta durante a vitória do Brasil na copa de 1970) e a ligação com a imagem de Médici¹⁵⁹. Por motivos claros - foi o governo mais enrijecido, mas, “em compensação”, foi o governo do tricampeão e do “milagre”. Esta foi uma jogada de marketing, onde mostra que o “homem que faz”, não fica aparecendo e cortejando a opinião pública, ao contrário dos outros homens públicos, que foram estereotipados com “demagogos, burocratas e incapazes”. A semelhança existente com o DIP estava na abordagem de temas como: o conagraçamento racial, o caráter positivo do povo, do trabalho, da solidariedade, dentre outros. O objetivo era a “criação de um clima” de aprovação e contentamento com as atitudes dos militares. Os temas variavam, desde boas maneiras, comportamentos adequados (como o Sujismundo), a alusão às famílias felizes, hinos, músicas (“Ninguém segura a juventude do Brasil”, ou a “corrente pra frente”, que, “parece que todo o Brasil deu a mão”), etc.

Para Heloísa Greco, este “simulacro” criado pela propaganda, aliado a fatores como os êxitos econômicos do regime, “produz efeitos duradouros na nossa cultura política : se a ditadura não consegue se nomear, tampouco a *mídia* e a chamada *intelligenza* vão dar conta de fazê-lo”¹⁶⁰.

Além das propagandas, o regime contou com outros meios para se legitimar acabar com possíveis oposições ao regime. Uma série de profissionais “psi”, mais ligados à psicanálise, como afirma Cecília Coimbra¹⁶¹, ajudaram a explicar a contrariedade de jovens com o regime. Assim como houve uma subjetividade construída pelas propagandas nas idéias de “subir na vida”, de “progresso”, de “Brasil grande”, foi necessária a construção de outra subjetividade especificamente ligada aos mais novos que não “engoliram” este tipo de propaganda, para que o regime se defendesse. Foram criadas duas categorias ligadas a estes, que em geral eram os que se encontravam na clandestinidade, na luta armada ou os hippies. Trocando em miúdos: o subversivo e o drogado. O subversivo é de altíssima periculosidade. É violento. Não é só contra o regime, mas também contra a família, a moral, a religião. Já o drogado é vítima de um plano externo para poder ser presa fácil às ideologias subversivas. O diagnóstico dado a essas duas categorias -já que fazem parte, em sua maioria, das classes médias, é que está havendo uma “desestruturação na família”, logo, a culpa do aparecimento desses filhos “rebel-des” não é a indignação contra a situação do país naquele momento, mas sim, das famílias, que passam problemas para eles. Cecília Coimbra ainda relata o resulta-

do da primeira pesquisa feita nas penitenciárias com os presos políticos no ano de 1969, encomendadas por Antonio Carlos Muricy- Chefe-Maior das Forças Armadas, como forma de conhecer o perfil e as causas que levaram estes jovens à radicalização. O resultado foi “revelador”:

“1) Desajustes; 2) descaso dos pais pelos problemas da mocidade; 3) politização no meio escolar realizada por profissionais que despertam e exploram o ódio nos jovens, com o fito de impor-lhes um idealismo político, mesmo temporário; 4) o trabalho de alguns maus professores, hábeis em utilizar a cátedra para fazer proselitismo político...”¹⁶²

Fossem lá quais os motivos que levaram milhares de jovens a lutar contra a ditadura, o método de “tratá-los” era um só - a tortura - utilizada em nome da segurança e do desenvolvimento. A tortura era praticada dentro das prisões e principalmente dentro dos “aparelhos” criados pelo militares: os CODI-DOI.

V.3. OBAN e CODI - DOI

A OBAN (Operação Bandeirante), criada em 1969, mais tarde inspiraria a criação dos CODI-DOI (Centro de operações e defesa interna e Destacamentos de operações internas). Primeiramente, foi uma forma encontrada para centralizar as atividades repressivas nas cidades. Todos os suspeitos de atividades subversivas deviam ser mandados a ela. É importante ressaltar a convivência de civis com a repressão:

O prefeito da cidade, Paulo Maluf, asfaltou a área do quartel, trocou-lhe a rede elétrica e iluminou-o com lâmpadas de mercúrio. O governador Roberto de A-breu Sodré cedeu-lhe espaço numa delegacia (...) para que nela fosse instalada a OBAN. (...) Outras necessidades foram supridas graças à coordenação de Luis Marcelo Quentel, sóbria figura das rodas da grã-finagem paulista ¹⁶³.

Já os CODI-DOI, foram criados para assuntos que eram referentes estritamente à segurança. De acordo com Priscila Antunes, à exceção das informações do SNI, que eram direcionadas para a Agência Central, todas as questões referentes à repressão eram dirigidas pelos CODI-DOI. Estes operavam junto com as polícias estaduais e federais, sob a coordenação geral do ministro do exército. A essa estrutura, deu-se o nome de Sistema Nacional de segurança Interna (SISSE-GINT)¹⁶⁴. Era de responsabilidade dos CODI-DOI coordenar o combate à luta armada. Os CODIs funcionavam dentro do exército e tinham os DOIs como braços operacionais subordinados a eles, mas tinham certa autonomia. Os inteiradores eram membros do DOI, alguns com curso de interrogatório na Inglaterra. A autora ainda cita um trecho da entrevista do general Fiúza, onde ele diz que: “DOI pega, guarda e interroga”¹⁶⁵, ou seja, no melhor estilo de João do Vale e seu Carcará : “pega, mata e come”.

V. 4 A Tortura

Em 1948 a ONU aprovou a Declaração Universal de Direitos Humanos. Em seu artigo 5º fica determinado que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento cruel, desumano e degradante”. Segundo consta no Projeto Brasil: Nunca Mais, pelo menos em um terço dos países que assinaram tal documento, tinham a tortura como parte do método de interrogatório¹⁶⁶. No Brasil, durante a ditadura militar, a tortura se efetivou como política de Estado. Por mais absurdo que pareça, como não existia remuneração direta, os torturadores eram recompensados publicamente com medalhas pelo seu bom desempenho no ofício. Só em São Paulo foram entregues 90 medalhas em 3 anos¹⁶⁷.

A partir desta evidência sobre a tortura pode-se recorrer à Hannah Arendt e seu conceito de “banalidade do mal”. Ela a designa como uma total “falta de profundidade evidente”. Para ela, “falar de banalidade do mal é falar sobre (...) algo bastante fatural, o fenômeno dos atos maus cometidos em proporções gigantescas - cuja raiz não iremos encontrar numa espécie de maldade, patologia ou convicção ideológica do agente”¹⁶⁸.

Esta idéia da “banalidade do mal” foi desenvolvida em *Eichmann em Jerusalém*¹⁶⁹. Nesse trabalho a autora relata o caso de Eichmann - um sujeito comum responsável pela “solução final” de milhares de judeus. Quando acompanhou seu julgamento Arendt pensou encontrar um “monstro perverso”, contudo sua surpresa foi constatar que o julgado era uma pessoa absolutamente normal.

As suas ações estão profundamente ligadas a essa ausência da “faculdade de pensar” e à “falta de imaginação”. Cristophe Dejours fez uma análise psicológica das condutas de Eichmann, caracterizando-o como um representante daquilo que a psicopatologia chamou de *normopatia*. Ou seja, uma pessoa absolutamente “normal” no que se refere ao conformismo com as normas estabelecidas. E pouco fantasista, criativo ou imaginativo e adapta-se a qualquer ambiente, não sente qualquer tipo de culpa. Eichmann tinha convicção de ter cumprido seu dever, que era seguir às ordens estabelecidas.¹⁷⁰

A partir desta sucinta apresentação sobre o que é a “banalidade do mal”, falta um último ponto que quero destacar, levantado por Nádía Souki. que nos diz respeito em relação à dimensão política do mal: a “possibilidade desta arbitrariedade ir além do plano individual, atingir grupos e culminar no Estado, quando ele se encontra revestido de características totalitárias”.¹⁷¹ Acredito que esse ponto é de extrema importância para tentarmos entender um pouco do que aconteceu durante o período militar no Brasil. Essa questão (da dimensão política do mal) será explorada abaixo. Para André Duarte, a banalidade do mal acontece “quando os piores crimes políticos tornam-se rotina institucionalizada”¹⁷², isso foi o que ocorreu no Brasil, com a tortura, como nos indica Heloísa Greco:

Além de obter informações e massacrar os opositores do regime, a tortura acaba subjugando toda a sociedade enquanto dispositivo social que cumpre a função de produzir a “inércia do terror”: mais do que fazer falar, ela conduz ao silêncio,

força a passividade, impõe conivência e cumplicidade, destrói a individualidade¹⁷³

Demonstra-se a arbitrariedade potencializada através do Estado. Conforme já apresentado a Doutrina de Segurança Nacional, na qual é criado o personagem do *inimigo interno*, que representa um grande risco à realidade forjada pelos militares. Sua maior característica é a aparência de normalidade social e política. Estes sujeitos são quem denunciam e desmascaram o regime. Pelas palavras de Marilena Chauí:

Uma vez que representam a Segurança Nacional, os membros do governo consideram-se providos do direito e do dever de defendê-la e, nessa defesa, institucionalizam a tortura. Em outros termos, recuperam do terror e da monarquia absoluta o direito de vida e morte sobre toda a sociedade. É essa inversão fantástica que designei como impossibilidade da política¹⁷⁴

No plano individual, o mal pode ser vislumbrado pela entrevista de um extorturador de Belo Horizonte à revista *Veja* no ano de 1998;

Eu poderia alegar questões de consciência e não participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a idéia de que era um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu fui forçado ou envolvido. (...) Eventualmente, eu encontro ex-presos meus, inclusive os que apanharam. E o relacionamento não é muito ruim, não. Não é aquele negócio de dar beijinhos e abraços. Mas é um relacionamento de respeito. Há pouco tempo, aqui em Belo Horizonte, encontrei (...) que é professor em uma faculdade local. Segurei ele no ombro e disse: 'Você não me conhece, não?' Ele levou um susto. Aí eu disse: 'Você tá bom?' Ele disse que sim e não quis mais conversa. Mas também não passa batido, não (*risos*). Não deixo passar batido (*sério*)¹⁷⁵.

Ao longo da entrevista, o torturador se diz convicto do que fazia por causa de sua formação familiar (o pai também era anti-marxista), ri de algumas situa-

ções em que estava torturando e diz que não se arrepende do que fez, se indigna quando questionado se quem tortura é um monstro e finaliza dizendo que só não havia dito nada antes por que não lhe perguntaram. Não podemos, contudo, taxá-lo de normopata, mesmo que evidencie uma leve semelhança com Eichmann. Demonstra ter um senso crítico (de gosto duvidoso), segurança no que diz e capacidade de discernimento. Este homem é só um dos que atuaram e pensam desta forma. Por isso, afirmamos que houve, no Brasil, menos uma banalidade do mal (falta de pensamento) por parte dos militares, do que uma acentuada canalização do mal, uma vez que parte dos civis também compactuaram com esse processo. O que se entende por banalização do mal é “o processo graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e o comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo em valor”.¹⁷⁶ Para muitos, torturar era difícil nas primeiras vezes, depois, a rotina transformava a tortura numa coisa normal, parte do trabalho. Tornou-se algo do dia-a-dia dos brasileiros. Graças à eficaz propaganda executada pelo regime, tanto a anticomunista, que legitimava suas ações, quanto a que trazia a ideologia do “país do futuro”, muitas vezes a sociedade civil fez “vistas grossas” à real situação do país.

Dejours trabalha a questão da aceitação do “trabalho sujo” (no nosso caso a tortura) por pessoas de bem. Este tipo de trabalho justifica-se quando há uma inversão de valores e ele é colocado ao lado do bem, se forem inseridos no contexto de “uma missão’ que lhes sublima a significação”.¹⁷⁷ Outro aspecto que é

salientado é a questão de aceitação do “trabalho sujo” por meio de ameaça dos superiores.

Os militares da ditadura sofisticaram a prática da tortura, que sempre foi, “parte de uma prática jurídico-policial do Brasil, que remonta a tempos bem longínquos”¹⁷⁸, sendo ela uma maneira mais rápida e barata de conseguir confissões. Segundo Priscila Antunes, as opiniões dentro da instituição militar a respeito da existência da tortura se dividem. Há os que assumem a prática e comentam os “excessos” de um lado, e por outro, os que dizem que não houve tortura, mas sim uma política das pessoas de esquerda de denunciarem a prática de tortura. “Levavam apenas uns tapinhas” e diziam que haviam sido torturados ¹⁷⁹. Há os que afirmam, como Ernesto Geisel, que “em certos casos é uma necessidade para obter confissões” e “evitar um mal maior”¹⁸⁰. Para o auxílio nesta prática contava-se com outros profissionais para poderem mascará-la como juizes, diretores de hospitais e médicos legistas que forjavam laudos e davam sustentação técnica para as torturas. Para Heloísa Greco, esta afirmação de Geisel autoriza a desmistificação da tipologia convencional, que estabelece oposição mecânica entre dois blocos - militares duros x militares moderados¹⁸¹. A autora mostra, citando Maria Celina D'Araújo, como o governo Geisel, um considerado “moderado” se destacou com o discurso de transição para a democracia, contudo, a documentação pesquisada referente ao seu governo indica “o controle político, a repressão à esquerda e à oposição, e a censura à imprensa. O ministério ali retratado situa-se mais como

espaço de ação da ‘linha dura’ do que como a esfera que comandou a mudança”. Ainda para cair por terra a imagem dos moderados, volto a Carlos Fico que aponta como Castelo Branco, que apenas colocaria ordem na casa e a devolveria aos civis, assinou o AI- 2, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional (que incorporou a noção de guerra interna), fechou o Congresso Nacional. Sem contar com a “Missão Geisel”, onde o então chefe da Casa Militar de Castelo Branco foi enviado ainda em 1964 a diversos locais acusados de tortura e voltou sem condenar ninguém. “Era o início da convivência dos militares ‘moderados’ com a tortura’¹⁸².

Se no caso de Eichmann houve uma dificuldade em se definir o culpado -o homem ou o Estado totalitário, no Brasil, a questão também é uma incógnita. Tivemos uma burguesia que apoiou o golpe militar e, ainda pior, foi conivente com a tortura praticada pelos militares. Conforme demonstra a OBAN, a tortura é o *mal absoluto* que só é realizada em determinadas condições políticas facilitadas, no caso, pela parceria do público/privado.

V.5. A penitenciária e o Documento de Linhares

A Penitenciária Regional José Edson Cavaliere foi inaugurada em 1966 com presos vindos de Belo Horizonte. Ficou conhecida por Penitenciária de Linhares por causa da sua localização - o bairro de Linhares na cidade de Juiz de Fora. A recepção de presos políticos começou em 1967 com militantes presos na

guerrilha do Caparaó, contudo, somente em 1969 é que chegam os primeiros integrantes da guerrilha urbana - integrantes da COLINA e CORRENTE. A penitenciária tem esse caráter de prisão política até 1980. De acordo com Flávia Ribeiro, pode-se classificar Linhares como uma instituição de reclusão. Lá não havia tortura física e era um local onde se aguardava o julgamento. Levando em conta a expressão utilizada pelos presos na época, “sair do inferno e cair no purgatório” ou seja, sair do local onde se interrogava (torturava) e levava para a penitenciária, Linhares era o purgatório¹⁸³.

Em entrevista com uma das agentes penitenciárias que lá trabalhou, ela relatou que foi contratada exclusivamente para trabalhar com presas políticas, porém na penitenciária Estevão Pinto em Belo Horizonte. Sua transferência para Linhares ocorreu em 1969 para cuidar das presas. Para ela, a experiência e o convívio com as militantes foram muito bons para a sua formação:

Porque eu era nova, né? Era menina pobre, eu nunca tive esse convívio., então eu achei muito bom pra mim. Eu cresci muito com isso também, viu? Além de pobre, meu pai era militar, a gente era criado assim [quis dizer algo como rígido] né? Então foi muito bom. Eu tinha colega que tinha esse medo (das militantes “terroristas”) e até falava muito comigo.(...)Eu me dava bem com elas porque eu não participava dos assuntos, mas ouvia tudo e não passava. Porque tinha aquela coisa, né? De não poder comentar as coisas que você ouvia e tudo¹⁸⁴.

Ela ainda contou que aprendeu a fazer tapete arraiolo com as detentas e quando elas conquistaram o direito de receber as visitas dos namorados (não eram visitas íntimas) ela fingia que não estava vendo o que acontecia e não ficava prestando atenção nos assuntos. Rindo diz: “Pra quê? Eu sabia o quê que era”. Em

contrapartida, as dificuldades do trabalho apareciam regularmente com seu contato direto com as presas que eram torturadas. Ela não só as acompanhava para a sessão de tortura em outros locais, como cuidava delas depois do suplício:

(...) Ela foi torturada no DOPS, eles arrancaram o mamilo dela a dentada. Eles torturavam tanto que eles chegavam na penitenciária (...) era um prédio velho, onde eu trabalhei tinham duas banheiras. A gente tinha que pôr elas na água com sal.(...) E eles tiravam da penitenciária, levavam pra torturar e voltava¹⁸⁵.

Conforme já afirmado, Linhares foi o purgatório cuja rotina é descrita por Maria José Nahas:

Tem horário pra tudo,né? Bate o sininho lá (...) Tinha o refeitório, você entra lá no refeitório e depois entre o horário do café da manhã e o horário para sair para o banho de sol, era o horário da higiene. Você tomava banho, lavava roupa, não sei o quê, limpava a cela. Era nesse horário.(...) A gente acabou tecendo uma rede de vôlei, a gente ficava jogando vôlei até a hora do almoço. Na hora do almoço entrava outra vez para o refeitório, depois do refeitório, cela. Eu não sei se era uma ou duas horas, aí na hora do lanche, voltava para o refeitório outra vez e aí a gente não saía mais no pátio.(...) Ficava no refeitório até a hora do jantar. Depois do jantar, recolhia para a cela. Na cadeia eu lia muito e tinha mais, por exemplo, lá em Linhares eu pedi à Ione Grossi para fazer um esquema para a gente estudar história do Brasil. Então, nesse período a gente tinha uma hora por dia e uma outra coisa política nesse horário que era higiene, a gente estudava todo o dia, uma hora. A gente estudava, a gente estava fazendo um esquema de estudar, sabe? E trabalho manual. (...) Aquela colcha que estava na minha cama, com exceção da Carmela, que não bordou, todas as outras presas políticas fizeram um crochê¹⁸⁶.

Em dezembro de 1969 foi escrito nesta penitenciária, por alguns dos militantes do COLINA, o primeiro documento de denúncia escrito por presos e divulgado para todo o mundo, O documento, também conhecido como “carta de Linhares”, é um manuscrito. Relata tanto a trajetória do grupo da “casa do São Ge-

Raldo” pelos locais de tortura desde a noite em que foram presos (29 de janeiro de 1969), quanto as torturas sofridas por outros militantes de diferentes organizações que tiveram contato em algum momento com esses integrantes. No documento constam os nomes dos torturadores atuantes, principalmente na cidade de Belo Horizonte, sendo os mais citados: Luis Soares da Rocha, Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha, José Pereira, José Reis. Também apontam os locais onde ocorriam as torturas: Delegacia de Vigilância Social - DVS, onde funcionava o DOPS; Delegacia de furtos e roubos; 12 RI e na Polícia do Exército no estado da Guanabara, assim como a descrição de alguns dos métodos utilizados, o pau-de-arara, hidráulica, choque elétrico, palmatória¹⁸⁷. Mais que mera citação de nomes e técnicas, o documento contém uma reflexão consistente sobre o lugar ocupado pela tortura na ditadura militar brasileira, seu caráter institucional dentro do regime, em função da larga escala em que foi praticada, e pela legitimação deste caráter nas aulas de tortura ministradas para sargentos das três forças.

Eram nessas aulas que se aprendiam os métodos citados acima. Eram mostrados em slides e aplicados ao vivo nos presos-cobaias¹⁸⁸. Consta no projeto Brasil: Nunca Mais, que Angelo Pezzuti, Mauricio Paiva, Afonso Celso, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, integrantes do COLINA, serviram de cobaias para a aplicação da tortura como “método científico”; na Polícia do Exército na Guanabara, cerca de 100 militares assistiram a essas seções¹⁸⁹.

Em 1974, o diretor Costa Gravas lança o filme *Estado de Sítio*; em uma das cenas, ele reproduz uma dessas aulas. Herbert Daniel faz menção ao comentário de Angelo Pezzuti à dramaticidade da cena:

Anos depois, quando o reencontrei, iria me contar que a encenação de Costa Gravas pecava, enquanto documentário, por ter dado um ar severo e dramático à cena. De fato, a lição ocorreu num clima descontraído de verdadeira classe estudantil, de exercício escolar. Absolutamente desdramatizado. O professor de tortura, um técnico muito bem humorado expunha os torturados (...) como um cate-drático de medicina usaria um doente para relatar um caso¹⁹⁰.

Não se tem notícia da carta original. A que foi trazida a público, além de reescrita, continha um anexo manuscrito por Ângelo Pezzuti, esclarecendo os fatos. Segundo Pezzuti, o original foi apreendido pelo diretor da penitenciária de Linhares, para ser examinado. Sabendo da existência de tal documento, o major Vicente Teixeira da PMMG (um torturador) foi até Linhares dizer ao diretor que ele tinha a autorização do coronel Ledo - responsável pelos presos políticos - para tirar uma cópia deste. O documento foi entregue, nunca mais foi visto e soube-se depois que o coronel Ledo não havia dado autorização nenhuma¹⁹¹.

Ainda nesta questão de qual teria sido o fim do primeiro documento de Linhares, há uma contradição entre o anexo manuscrito de Ângelo Pezzuti e a fala de Carmela Pezzuti, que serve para ilustrar questões referentes à confiabilidade das fontes históricas¹⁹². Segundo a entrevistada, o documento foi entregue por Angelo ao seu pai e na saída foi apreendido:

Então, para sair, na hora em que ficou pronto, o Angelo entregou escondido para o pai dele. Quando o pai dele foi visitar. Quando estava passando o documento foi preso. Tanto que não tem o original. O original deve estar, agora que eles estão queimando as coisas (...) Deve estar lá o original. Aí eles fizeram outro. O primeiro eles prenderam. Prenderam e falaram que iam devolver, mas eles não devolveram¹⁹³.

Como esta carta saiu de Linhares? O curioso é que nenhum dos entrevistados soube responder ao certo. O que ouvi foram especulações, seja “algum parente do Ângelo”, ou, “a mãe do Nahas”. De acordo com Ângela Pezzuti¹⁹⁴ as suspeitas caíram sobre ela, o que era plenamente justificável dada a articulação que tinha junto aos presos e aos parentes destes. Ela respondeu a processo assim como o pai de Angelo e Murilo.

Mistérios à parte, a importância desse documento é incontestável pelo seu pioneirismo, por seu caráter de denúncia e mais que isto, pelas palavras de Jorge Nahas:

Eu sei que aquele documento é um relato (...) Se não me engano, aquilo foi palavra do Angelo Pezzuti. Aquela história do torturador e do torturado. Não é um simples documento de denúncia da tortura. Um documento muito bom, eu acho que foi um dos pontos altos. E ele conclui a finalidade dele, porque ele é bem estruturado, as denúncias são bem circunstanciadas, todo o mundo assinou de próprio punho, foi feito entre nós¹⁹⁵.

Após todas as reflexões, o documento foi assinado por cada um dos 12 depoentes: Irani Campos, Ângelo Pezzuti, Pedro Paulo Bretas, Antonio Pereira Matos, Mauricio Vieira Paiva, Afonso Celso Lana, Murilo Pinto da Silva, Júlio Bittencourt, Marco Antonio Meyer, José Raimundo de Oliveira, Jorge Nahas e Erwin Rezende Duarte.

Com a divulgação do Documento de Linhares, houve mudanças dentro da penitenciária:

Os presos passaram a se comunicar com as visitas através de um parlatório, O objetivo era evitar o contato entre as partes, para a ditadura, o motivo da difamação do país no exterior, com a passagem de informações. Portanto, para o sistema repressivo a gravidade da situação não figurava nos atos relatados no documento. Mas, ao contrário, na divulgação pública daquele material¹⁹⁶.

São os presos políticos os primeiros a desmascarar a ditadura perante o mundo com uma série de documentos que evidenciam o reconhecimento da real situação do país pela Anistia Internacional. Conforme afirma Heloísa Greco, são estes, juntamente com os exilados e desaparecidos, os principais alvos da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita¹⁹⁷.

Capítulo VI – “Se eu demorar uns meses, convém, às vezes, você sofrer” - as memórias e trajetórias guerrilheiras

Este capítulo é, em grande parte, destinado ao trabalho com memória dos entrevistados. É a fala destes que será valorizada, uma vez que, será apresentada a visão' deles quanto a questões estritamente individuais sobre sua experiência na militância, no exílio e a autocrítica. Se não nas entrevistas, nas cartas escritas durante o exílio. A recorrência mais frequente de um ou outro nome não é uma questão meramente subjetiva, mas sim das condições da entrevista. Além disto, é de meu conhecimento que o COLINA não se restringe aos nomes citados, estes nomes, houve militantes cuja visibilidade foi a mesma dos citados, contudo, estou valorizando minhas fontes orais.

Somente com Maria José Nahas consegui duas entrevistas, com os demais somente uma, o que não é um grande problema tendo em vista que a história oral é antes de tudo uma metodologia qualitativa. É certo que um ou outro ponto poderia ser mais explorado, mas, conforme já afirmado, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema.

VI.1 O golpe

Uma das questões levantadas e, creio eu, de grande relevância, é buscar entender o que o golpe militar representou para estes ex-guerrilheiros, pois foi, sem dúvida, o que os motivou a pegar em armas e mudar o rumo de suas vidas. As respostas convergiram em dois blocos; um masculino, em que predomina o sentimento de surpresa e o outro, feminino, em que as mulheres não enxergaram representatividade alguma no golpe no instante em que ocorreu.

Para Irani Campos, foi uma “decepção muito grande”, pois ele militava anteriormente no “grupo dos 11” e na campanha pela legalidade. Segundo Irani, a vontade era de tentar organizar uma proposta diferente do PCB, que era o único “mais organizado”; com o golpe ficou mais difícil. Ainda nesta linha de análise, está Cláudio Galeno que relata sua “frustração”. Segundo ele, a POLOP já esperava algum golpe já em 1961, mas mesmo assim foram pegos de surpresa. Jorge Nahas relata a violência que representou para as instituições democráticas e que julga o Partido Comunista incompetente no combate ao golpe. Apoio Heringer lembra que o golpe acabou com os movimentos de massa.

De acordo com Carmela Pezzuti, o golpe não representou muita coisa para ela no primeiro momento. Quem acompanhava a política eram seus filhos - Angelo e Murilo, que inclusive, a levaram para a militância. Maria José Nahas conta que o golpe não representou muita coisa para ela naquele momento, pois ela não

gostava muito de “politicagem”, mas tinha curiosidade para “conhecer o outro lado”, no caso, o comunismo. Ela contou que, quando chegou em Belo Horizonte, em 1964, participou, sem saber, de uma das “Marchas da família”. Angela Pezzuti, também endossa a fileira das que não viam significado algum no golpe, no momento em que ocorre.

Pra eu te falar a verdade, eu senti o golpe num dia, eu não senti o golpe em 64. Eu tava em 65 aqui trabalhando na Universidade, participando de algumas passeatas e tal. Eu senti o golpe realmente, numa ocasião em que eu estava de férias, que foi 68 o Ato-5, não é? Eu tava indo com uma amiga passar férias no Rio, alugamos um apartamento, e eu saí de manhã e vi nas manchetes de jornais o Ato - 5. Aí, na hora em que eu li, escureceu tudo pra mim. Falei: "Acabou tudo, né?". Foi aí que eu senti o golpe. Eu senti o golpe realmente com o Ato numero 5. Eu tava indo pra praia, aí comprei o jornal e aí eu entendi a amplitude do negócio. Aí eu achei que não tinha solução. Eu sabia que o Angelo participava das... das coisas estudantis, fazia, eu ia em tudo. Ia em passeata, ia em tudo, mas o negócio ficou meio, assim, no ar¹⁹⁸.

VI.2. Militância

Outra questão que se colocou foi a que se referia à militância de cada um. No caso dos militantes homens, todos já tinham uma história de militância antes ou iniciada na POLOP e participaram desde o início do COLINA. Em contrapartida, Carmela Pezzuti e Maria José começaram dentro da organização. O relato de Carmela sobre sua decisão pela militância é constantemente resignificado:

(...) Dora me dava umas aulinhas e eu comecei a ler Debray, comecei a ler A mãe, do Gorki, E comecei a entusiasmar também com aquilo, achando... Porque, você sabe, eu sempre tive uma atitude muito... Eu sempre via... Não sei se veio do papai. Eu tinha muito aquela coisa de luta.(...) Eu não sabia porque aquilo. E tinha muita capacidade de ver aquilo e ficava sem saber o que fazer. Então, como eu já tinha - eu acho que veio do papai- porque o papai não era comunista, não era nada, ele era até meio fascista.(...) Então, não foi de repente, foi mais ou menos uma coisa que vinha dentro de mim e que estourou quando os meninos

me chamaram. Não foi só porque eles me chamaram, foi porque eu também tinha aquela visão social tão ruim, naquele tempo, como hoje, que também, eu acho que esta piorando cada vez mais. Eu entrei, mas entrei primeiro eu com a Dora pra arranjar dinheiro, porque não tinha dinheiro, a gente abriu uma lojinha de bijuteria. Ela vendia bijuteria para poder ajudar nessa luta, mas não durou nada porque não foi pra frente, nós não sabíamos fazer negócio, o negócio foi por água abaixo. Aí, eu comecei a militar mesmo, mas aí, militar, mas ainda lá no Palácio, funcionária do Israel [Pinheiro].(...) Então, eu continuei a luta e primeiro de tudo eu comecei com essa lojinha, depois eu fui... Aí eu comecei a fazer minha parte na COLINA fazendo [documento falso]¹⁹⁹.

A busca de uma referência em na figura paterna também ocorre na fala e Maria José: “Claro que na época não admitia isso, mas hoje eu vejo porque que eu fui estudar medicina. Muito em função da figura paterna”²⁰⁰. Filha de médico na cidade de Muriaé, o pai atendia em casa com a ajuda da mãe. Ela relata que cresceu em meio aos empregados e aos filhos destes e isto a ajudou a desenvolver uma certa sensibilidade social, primordial para a prática militante.

Já Ângela Pezzuti, teve sua entrada “oficial” na militância bem mais tarde, quando o COLINA já estava extinto. Seu relato tanto faz referência à figura do pai, que também era médico na cidade de Araxá e ela frisa a importância dele para ajudar no desenvolvimento do tratamento médico na região e da posição política dele, que era “fascismo que seria um socialismo”.

E eu lembro muito de ouvir meu pai falar: “O futuro do mundo é o socialismo”. Então, eu tive essa formação humanística, do meu pai e da minha mãe, que a minha mãe não tinha nem o quarto ano primário²⁰¹.

Se foi pelos pais a “formação humanística”, a militância foi pelos sobrinhos, filhos de Carmela:

E eu lembro do Ângelo falando comigo: "Ô tia Ângela, vamos entrar pra nossa organização? Você seria uma pessoa ótima." "Qual organização? Esse negócio de estudante, eu não quero não. No dia em que tiver alguma coisa séria, aí eu entro. "Eu não sabia que eles já estavam, inclusive, fazendo assalto em banco"²⁰².

A importância de Angela não está em sua participação específica dentro do COLINA ou qualquer outra organização comunista. É de se destacar sua participação no amparo aos presos políticos e seus familiares e dentro da comissão dos exilados dentro do Movimento Feminino pela Anistia. Ela ficou conhecida carinhosamente como a "tia Ângela"²⁰³.

Um caso que ilustra o compromisso com a causa é o que foi relatado por Maria José sobre como conseguiu dinheiro para a compra das armas. Após o casamento ser adiado algumas vezes, o dinheiro do enxoval foi revertido para a compra de armas. Segundo ela as primeiras armas, inclusive as metralhadoras Thompson, foram adquiridas com o dinheiro do enxoval de casamento:

(...) O comprometimento era tal que pra mim pegar o dinheiro do enxoval... (...) "Olha o dinheiro aqui", aí o Ângelo: "chegou o seu enxoval" com o olho brilhando, o Ângelo era muito (...) disse "chegou seu enxoval, vamos lá ver"? Tinham chegado as armas²⁰⁴.

A não ruptura com a militância clandestina se faz presente quando os filhos recebem os nomes de guerra dos pais ou dos companheiros mortos. João Lucas, em referência a João Lucas Alves é o nome do filho de Irani Campos, já a história do nome das filhas de Maria José e Jorge Nahas é mista:

Uma coisa forte é o seguinte, todos estes anos meu nome era Célia. O do Jorge, Paulo. Então, quando a minha filha nasceu, a primeira chamou Célia, a segunda chamou Paula e tem mais, o Jorge queria que se chamasse Amélia. Amélia era o

nome de guerra da Paulina Reinchpull. Eu falei: "Então, chama Paula", que era o nome (...) O nome verdadeiro dela era Paulina mas o de guerra, Amélia. "Paulina e Paulo, que era seu nome de guerra", (risos) Então, mistura todas estas emoções, faz um saco de gato de tudo mas é tudo muito misturado, não é? Nos filhos, eu fui pôr os nomes de guerra (risos). E o nome da Paula era o nome de guerra do Jorge e o verdadeiro da Amélia²⁰⁵.

VI.3. Exílio

Dos entrevistados, todos continuaram ligados ou não a partidos, a militância no exílio. Mostraram-se convictos em suas crenças ideológicas, e que, ao contrário do que se divulgou no período, não eram “desajustados”, “drogados” e “terroristas”. Através das cartas enviadas por Angelo Pezzuti a Jorge Nahas pode-se estabelecer uma trajetória linear de sua estada no Chile. Angelo, assim como Jorge e Maria José, estava entre os 40 banidos²⁰⁶ para a Argélia, em troca pelo embaixador alemão em 1970.

Uma importante mudança na vida pessoal com o nascimento do filho foi relatada carta a carta: “Maria e eu recrutamos um revolucionário sem os 'vícios da velha esquerda’”. Depois: “Vou começar a trabalhar agora, pois com a vinda do herdeiro é capaz que o salário só da Maria não dê”. E por fim, quando do nascimento: “apesar de todas as dificuldades, de tudo o que há de miserável no mundo, a vida prevalece”. Mostra o que a construção de “um eu” e de uma vida coerente²⁰⁷. Mesmo em meio a discussões políticas, o assunto sobre um filho é recorrente. A felicidade com a nova situação é transparente “somos jovens e a

luta não está nos exigindo esse sacrifício agora. (...) Reflitam. Acho que vocês merecem [um filho]²⁰⁸.

Outro aspecto notável é a dificuldade de conciliação entre militância e formação profissional. Na carta de junho, ele relatou o não aproveitamento do curso de medicina em decorrência da organização de uma “assembléia provisória de militantes” - uma tentativa de reorganização de sua atividade política. E, evidentemente, ficaria mais difícil ainda pela necessidade de um emprego para o sustento do filho.

O momento histórico vivido em 1972 no Chile é o do governo de Salvador Allende. Previse-se uma “transição ao socialismo²⁰⁹”, de via pacífica. Seria o primeiro país latino onde o socialismo chegava ao poder pela “via chilena”. Tornava-se, então, uma nova esperança para a esquerda. Tal esperança é explícita na carta:

“(…)Reitero o meu ponto de vista de que considero este país aqui o lugar adequado para a etapa que vivemos. Para a reconstrução, para o trabalho, para a discussão, para a continuidade da formação”²¹⁰.

Como se sabe, o socialismo não se efetivou no Chile e outro golpe obrigou a centenas de exilados a fugirem para outros países. Angelo Pezzuti morreu na França em 1975.

Maria José e Jorge Nahas optaram por permanecer em Cuba. Lá fizeram treinamento guerrilheiro, terminaram o curso de medicina e voltaram. Para Jorge Nahas a experiência de viver em Cuba o levou a uma conclusão:

Você era revolucionário, comunista, num país socialista, você tinha que viver aquilo dali. Se tinha algum erro... Eu não adotei aquela famosa frase, um pouco irônica, mordaz, de um companheiro que foi viver na Alemanha socialista e de lá saiu pra viver na Alemanha capitalista aí ele dizia: “Morrer pelo socialismo, agora, viver é no capitalismo”²¹¹.

Carmela Pezzuti passou por inúmeras “desventuras” pelos vários países em que viveu. *Grosso modo*, conseguiu se virar no exílio sem saber se comunicar direito na língua local. Cuidou de crianças de classe média numa escola na França, onde este problema de não saber francês lhe causou problemas:

Quando a falava: “Você vai fazer isso, isso e isso”, eu entendia pouco, mas os meninos ajudavam. Meus 10 meninos. Aí, menina, os pais ficaram sabendo que tinha uma professora que não sabia falar. Aí danou, né? Eu fui dispensada. Aí eles fizeram até assinatura pra mim não sair, mas eles falaram não. “Nossos filhos não podem ser educados por uma mulher que não sabe falar francês”. Aí eu tive contato com uma outra que olhava criança de árabe. Filho de árabe servia. Servia qualquer coisa. Menina, mas não tinha infra-estrutura nenhuma. Os meninos ficavam numa igreja tudo fechado ali naquela igreja, não tinha um brinquedo, não tinha nada pras crianças²¹².

Depois, foi a vez de chegar na Itália e trabalhar como esteticista, até a anistia, quando volta e dá continuidade ao trabalho que desenvolveu nas creches da França. Funda, então, a Casa da Vovó, em Belo Horizonte, com dinheiro vindo do exterior e de uma ONG no Rio de Janeiro. Sai de Belo Horizonte (não explicita em que data) e vai para Cuiabá auxiliar seu filho mais novo, Murilo, a trabalhar com os sem-terra. Começava mais um período difícil onde passava fome, dormia no chão, “andava de qualquer jeito”. Uma noite, quando já estava em casa, chega alguém para avisar que Murilo havia suicidado. Ela então volta a Belo Horizonte e retoma a militância no movimento por creches.

VI.4. A volta ao Brasil

Depois de toda a sorte de experiências em várias partes do mundo, chegou a tão esperada hora de voltar ao país. Dois pontos em que há certa convergência nos depoimentos é, primeiro, a segurança de que não haveria um outro golpe, após a anistia, em 1979, a exceção é Apoio Heringer; o segundo ponto seria a dificuldade da readaptação. De acordo com Ângela Pezzuti:

A adaptação foi assim, muito pesada. Muito pesada. Eu estive várias vezes no exterior, no Chile, na Europa, e eu conheci a vida deles lá. Dos exilados. Como também a gente, antes da anistia, a gente recepcionava os que estavam sendo soltos. Muito desorientados. A barra muito pesada. Não se falava em anistia ainda. Então, a gente, esse grupo que eu estou te falando, de mães, de familiares, de amigos, a gente tentava entrosá-los. Era uma realidade totalmente diferente. E depois com, em 79, com esse negócio da anistia, em abril de 79, eu fui à Europa, E fui particularmente comigo pra conversar com eles, porque eu sabia que ia ter problema aqui com a adaptação. (...) “Ângela, vocês estão com esse negócio de anistia pra lá, pra cá, vocês tinham que preparar uns psicólogos, pra receber esse pessoal que vai chegar de lá”. Mas a gente nem tinha tempo, nem tinha dinheiro. Mas foi muito pesado. Tanto com relacionamento familiar, readaptação familiar, como nas outras áreas, de emprego, de adaptação. Tanto dos que começaram a sair da prisão no início de 70, como nos depois da anistia, os exilados. Muito pesado. Muito pesado pras famílias, muito pesado pra eles, muito pesado. Loucura mesmo²¹³.

O que há de se notar também é a participação destes na formação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 80. Isto pode ser exemplificado nas fala de Apoio Heringer:

Eu até 81 eu achava que podia ter um golpe, eles pegariam todo o mundo. Eu tive até medo quando o PT começou a filiar todo o mundo. Eu achei que aquilo dali podia dar um massacre. Porque você tem a história da Indonésia, mataram 600 mil pessoas lá num contra-golpe ao Partido Comunista. Então, eu sempre tive medo de que houvesse um massacre de uma hora para outra. Porque a direita, a extrema direita, os caras do exército, estavam todos soltos aí. Eles podiam de uma hora para outra dar um golpe militar. Houve ameaça disso. Então, a gente que era mais visado tinha que ficar apavorado mesmo²¹⁴.

Maria José Nahas e Jorge Nahas não viram dificuldades na volta tampouco medo de um contragolpe. Há referência à filiação no PT em ambas as falas:

O início da minha militância no PT foi sempre com a Célia [filha] aqui, no can-guru. Depois não... Não me senti bem com o tipo de militância. Gozado, né? Na militância clandestina, para mim, era super tranquilo, já esta militância não clandestina, e principalmente, eu acho que eu não dou conta é quando tem que... A verborragia. Não aguento essa falação e não sei o quê... Não dou conta, entende? Então, eu afastei. Dava o apoio todo. Eu tinha um fusca, que o fusca era importante na história do PT. O fusca era que fazia tudo. Então, por exemplo, quando tinha reunião nessa regional aqui, era o meu fusca que ia de casa em casa chamando gente para fazer reunião, etc²¹⁵.

Olha, eu não senti dificuldade nenhuma(...). Não senti. Agora, reconheço que sou um cara meio privilegiado, mas um pouco pelo fato de eu ter ficado em Cuba o tempo inteiro, me adaptado muito bem em Cuba, gostava dos cubanos, do povo cubano, sentia muito bem em Cuba. Terminei meu curso de medicina, coisa rara entre os exilados, voltei pro Brasil médico, isso me ajudou demais do ponto de vista profissional, e voltei e me integrei imediatamente na militância petista, que era uma coisa que eu já pensava. Honestamente não acho que foi difícil não. Eu não tenho essa visão de que as coisas foram complicadas no exílio, que eu fiquei lá... Não é verdade. O exílio é difícil, é duro, é um absurdo, mas eu terminei meu curso de medicina, conheci o povo cubano, senti muito bem. Não tive essa depressão de exílio não²¹⁶.

Já Irani Campos relatou como se sentiu “um peixe dentro d’água” em sua volta ao Brasil, não viu a possibilidade de outro golpe naquele momento da anistia, mas é cauteloso:

Na medida em que veio a anistia, eu já tinha a convicção que por um bom espaço de tempo nós não teríamos esse risco [de outro golpe]. Agora eu nunca descarto essa possibilidade. (...) A história me mostra que eu não posso descartar essa possibilidade. Que hoje, às vezes, muitos militantes... Há uma grande quantidade de militantes que aderem ao sistema, né? Tem essa visão política de conseguir as coisas na adesão ao sistema. E é capaz de esquecer que a direita é capaz de tudo a qualquer momento na história²¹⁷.

Cláudio Galeno é enfático, dizendo que tanto a adaptação ao novo país quanto a readaptação ao Brasil são complicadas. Sentia uma “segurança reservada” em relação a um contragolpe. Segundo ele, o que mais chamou a atenção é o aumento do consumismo no Brasil, pois de onde vinha, da Europa, tudo era mais modesto. Em oposição a essa visão, Carmela Pezzuti diz que achou o país muito pobre.

VI.5. Autocrítica

As práticas da escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc²¹⁸.

A partir dessa afirmação começaremos a análise e apresentação dos conteúdos das correspondências entre dois expoentes da organização. As cartas foram escritas por Angelo e Maria do Carmo Brito (Cabral e Lia) e endereçadas a Jorge Nahas e Maria José (Clóvis e Célia). Datam de fevereiro, junho e outubro de 1972 e foram remetidas do Chile durante o exílio. Este período é marcado pela avaliação dos dirigentes das práticas e ações do grupo, agora com o diferencial do distanciamento físico - fora do Brasil - de forma que tentam fazer uma análise mais “fria” dos acontecimentos. As cartas mostram a ciência do interlocutor a despeito do momento de crise das organizações mas sempre apontando para possibilidades de luta.

Temos aqui o “tempo do trabalho” em que há reflexões de Angelo sobre o destino da luta revolucionária e a mudança do que se escreveu em 1972 e o que já se escreveu nos documentos da organização em fins de 1960. Ele começa a primeira carta falando em “desabafar” (segundo ele não encontrou outra palavra). Um desabafo acarreta uma série de sentimentos e impressões sobre todos os assuntos que cercam a vida pessoal e a de militante. É o novo país, é o destino da organização a insegurança quanto ao futuro. “Até hoje não soube de ninguém a quem o exílio tenha feito bem”.

O autor “fez uma autocrítica ontem” e considerou um grave erro não manter correspondências políticas “durante todo esse tempo” - não sabemos ao certo qual seria esse tempo. Desde o começo do exílio? Mas de toda forma é explicado o motivo: o medo da censura. Angelo via a organização (caracterizada como O.) em momento de crise política. Citou a falta de unidade, problemas disciplinares, vacilação ideológica, o “desbunde” e criticou os então dirigentes da organização em não conduzir lucidamente a etapa de balanços no período de “refluxo” do movimento. Não havia, segundo ele, explicações, somente “slogans e frases feitas”. O que se deve ter em mente é que nesse momento, o grupo COLINA deixou de existir. Existem outras organizações como a VAR-Palmares, e VPR, onde alguns de seus ex-integrantes se refugiaram.

A crítica aos “intelectuais” se fez presente e o autor se achava vítima deste “preconceito”. Justificou-se dizendo que quando alguém se esforçava para enten-

der a situação, era sempre taxado de “teoricista” ou estava fazendo “intelectualismo”. Parece-nos evidente a crise entre os quadros da organização. Ele é irônico quando se refere aos “iluminados”, os supostos teóricos dentro da luta armada, que, segundo ele, jamais existiu. “Cria-se o mito para se opor a ele”. Ele tem dúvidas se o erro da organização foi ter seguido alguns destes “iluminados”, porém tem a consciência de que a sua geração não conseguiu fazer uma teoria “de verdade”, mesmo porque não tiveram tempo.

Noutra carta, ainda há um otimismo acerca na luta revolucionária que estava (a passos lentos) ocorrendo. Lia, fala do surgimento de “coisas novas lá na terra”. Relata para os companheiros, que estavam em Cuba, a “incrível resistência e capacidade de fuga da turma do Araguaia”. A saber: o PC do B manda quadros para a região desde 1967. Ela falava com o mesmo otimismo dos novos grupos que surgiam “de gente legal” por todo o lado. Sua opinião acerca da importância das novas interpretações que estavam surgindo era positiva, todavia, crítica ao hábito de boa parte da esquerda de resolver teoricamente os fenômenos. Segundo ela, devia-se compreendê-los minimamente e transformar essa compreensão em ferramenta para a formação de uma nova orientação política.

Quando da última carta, de outubro do mesmo ano, há a interpretação lúcida da real situação das organizações de esquerda.

“(..). Nós não somos uma o. revolucionária hoje. Somos grupos remanescentes espalhados no mundo, inclusive no Br. Estes grupos não têm unidade política. (...) A causa básica dessa situação toda é a derrota política que sofremos”²¹⁹

Em sua autocrítica, Angelo diz que de 1967 até 1972, quando escreve, as situações que determinavam o emprego de uma ou outra tática mudaram, mas ele reafirmou sua crença na violência como fator de impulso à iniciativa de tomada de consciência. Quer a volta de sua militância no Brasil, porém um processo de discussão mais aberto dentro da organização. Fica claro o espírito de luta nele, que de modo algum quer a posição cômoda de “deixar a eles (os que estão no Brasil) a responsabilidade do mais importante da militância”. Para ele, era necessário voltar para o Brasil para dar continuidade à luta, porém em grupos organizados e com a comum consciência de que se tinha “um instrumento revolucionário nas mãos”.

A crítica permanente à política reformista adotada pelo PCB foi abordada quando ele escrevia sobre a organização de uma prática revolucionária pois, para ele: “nem todas as práticas são revolucionárias, senão, por que não o PCB”?

Segundo Angela Castro Gomes, “o ato de escrever para si e para os outros atenua as angústias da solidão”²²⁰. E, numa situação como o exílio, isso fica mais evidente na frequência de frases do tipo “apesar de eu achar que vocês já se esqueceram deste velho companheiro”, ou, “você é mesmo a mais ranzinza, nunca me escreve”. O não abandono da luta se destaca nessas correspondências e nos depoimentos de exilados.

Os relatos orais confirmam a análise de que eram realmente jovens idealistas e amadores:

Eu acho que os jovens daquela época, que participaram, eu acho que eles não tinham o pé no chão. Era um grupo de idealistas muito jovens, muito jovens, e que não visualizaram o potencial do exército que tava por trás²²¹.

Irani Campos termina reafirmando sua posição militante que o acompanha desde os tempos de COLINA:

Vou continuar querendo discutir luta de classes, porque elas existem. E eu não tenho como fugir disso. E pra muita gente militante, pra eles a luta de classes acabou, a ideologia acabou. Então adere com facilidade a falsas ideologias ou praticam falsas ideologias, pregam falsas ideologias e não tem mais compromissos com a luta social de fato. Isso é lamentável. Mas quando a gente lembra dos companheiros da COLINA que lutaram, dos companheiros da COLINA que se foram, eu penso sempre: Seria uma traição se eu não colocasse na minha militância política toda a forma de homenageá-los²²².

Onde estão estes ex-guerrilheiros hoje?

Jorge Nahas atualmente trabalha na Secretaria de Política Social na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, assim como Cláudio Galeno, que está na Secretaria de Relações Internacionais. A militância destes é dentro do Partido dos trabalhadores, Carmela Pezzuti e a irmã Angela Pezzuti, aposentadas, não militam em partidos, mas continuam referência para a reconstrução da memória da luta contra a ditadura. Apoio Heringer Lisboa é diretor do projeto Manuelzão da UFMG; Irani Campos é presidente da ASSUFEMG (Associação dos Servidores da UFMG) e Maria José Nahas clinica em um posto de saúde e não está filiada a nenhum partido.

Capítulo VII- “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres...” - Feminismo e luta armada

VII.1. Gênero e memória

A partir da década de 1980, a história das mulheres desvincula-se da política e ganha força e autonomia. Até então, este tipo de estudo era feito por mulheres militantes dos movimentos feministas. Para Joan Scott, usou-se o termo gênero para dar a impressão de desvinculação com qualquer ideologia, ou uma certa neutralidade. Maria Lygia Moraes afirma que o uso dessa categoria de gênero dentro das ciências sociais designa uma perspectiva culturalista, onde homens e mulheres não são tratados como produtos da sexualidade biológica, mas sim como relações sociais baseadas em estruturas de poder. O que se deve lembrar é que gênero se refere tanto a homens quanto a mulheres apesar da recorrência do uso exclusivo para o feminino. Já existem estudos questionando se gênero se tornou um novo paradigma, por três motivos básicos: sua “ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero”; seu privilegiamento metodológico das relações de gênero sobre as categorias homem/mulher ou masculino/feminino e, por último da transversalidade de gênero, pois sua construção social perpassa várias áreas do social²²⁴.

Elizabeth Jelín, em estudo sobre as memórias da repressão na América do Sul observa as diferenças entre *recuerdos* masculinos e femininos. De acordo com a autora:

Existen algunas evidencias cualitativas que indican que las mujeres tienden a recordar eventos con más detalles, mientras que los varones tienden a ser más sintéticos en sus narrativas, o que las mujeres expresan sentimientos mientras que los hombres relatan mas a menudo en una lógica racional y política²²⁵

No caso acima, Jelín se refere às descrições a respeito da tortura sofrida por homens e mulheres. Este apontamento pôde ser observado na pesquisa, uma vez que as mulheres contaram e descreveram as torturas por elas sofridas em entrevistas ao contrário dos homens que foram monossilábicos: sim ou não. Somente Irani Campos citou uma das que sofreu, mas para falar de seu problema de vista, sem entrar em detalhes. Esta questão da memória detalhada fez toda a diferença na designação de tarefas dentro da organização:

Desde o início ficou claro que eu observava muito melhor que os outros companheiros. Detalhes, informações (...) Eu conseguia mais . . . Observar melhor as coisas. Antes, várias pessoas faziam o mesmo levantamento, depois a gente discutia. Depois chegou-se à conclusão que quando eu fazia, a informação que eu levava era muito mais que todo mundo junto. Determinado tipo de informação só eu que saía para fazer levantamento. Essa [ação], por exemplo, do . . . da cidade industrial, só eu entrei no banco antes para fazer. Só que a gente não levou em conta a questão cultural, era um banco que não entrava mulher, só tinha homem. O cliente do banco só era masculino. Aí, eu entrei no banco, fiz, olhei, descrevi mais ou menos a situação no banco . . . é tanto que quando o gerente do banco ficou sabendo que tinha uma mulher envolvida no assalto, disse: “Ah, ela esteve aqui mesmo, ofereci cafezinho”²²⁶

VII.2. Feminismo e luta armada

Em algumas questões, em especial, na visão individual sobre o que representou o golpe de 1964, enxerga-se uma clara divisão sexual nos pontos de vista. Homens politizados/mulheres despolitizadas. O que chama a atenção neste momento, é a pouca participação feminina na política ainda na primeira metade da década de 1960. A participação das mulheres na luta armada é um dos reflexos da revolução sexual e feminista ocorridas no período. O que é interessante demonstrar é que, até então, a participação das mulheres na política, na condição de sujeitos coletivos, é sempre a forma como se apresentam: são mães, filhas esposas, com toda a candura representada por elas. Ainda, esta imagem não é exclusiva das senhoras conservadoras da década de 1960²²⁷. Já em 1935 -ano do levante, as mulheres comunistas utilizavam a mesma idéia em suas manifestações. Tendo em mente a UFB (União Feminina do Brasil), que era uma organização de mulheres conscientes do papel em que a situação política nacional causava em seus lares. Isso fica claro em documento em que pede a liberdade de alguns membros do Partido que se encontravam presos:

Companheiras de infortúnio, de opressão e miséria. Mães, esposas. Filhas e irmãs: mulheres! Organizemo-nos nos bairros, navios, escolas, em casa, em todos os lugares que estejamos e lutemos ombro a ombro pela baixa imediata dos gêneros de primeira necessidade, pela liberdade de Pedro Ernesto, o amigo do povo, pela liberdade de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, e pela liberdade de todos os presos políticos civis e militares²²⁸.

Das idéias feministas vindas da Europa é de se destacar *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir. A importância da obra vai também na idéia clássica que abre o segundo volume da obra de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”²²⁹. A questão metodológica levantada pela autora está no questionamento entre as relações do sexo biológico e a construção social da mulher. Para Beauvoir havia uma ambivalência entre a categoria mulher e a libertação desta, uma vez que ela “deveria ser libertada das limitações sociais do seu sexo biológico e ser libertada da forma social pela qual seu sexo se tornou inferior”²³⁰.

Estas idéias, desenvolvidas na obra, foram aceitas e assimiladas principalmente nos idos anos 60 pelos movimentos feministas. Inspirada nelas, Betty Friedan colhe uma série de depoimentos de mulheres norte-americanas de classe média que corresponderiam ao ideal de “rainha do lar” e traça um perfil destas mulheres. O trabalho foi publicado com o nome de *A mística feminina* e desenvolve sobre o que a pesquisadora chamou de “o mal que não tem nome”. O principal questionamento de Friedan foi a eterna insatisfação feminina. Queria saber o que levava as mulheres, mesmo tendo “tudo”, como carro, casa, segurança econômica e filhos saudáveis, ainda assim continuassem sentindo um vazio, uma frustração que aumenta quando os filhos seguem seu caminho. A resposta do “mal” está no papel tradicional que a mulher desempenha, o de esposa -mãe- dona de casa²³¹.

O movimento feminista rompeu com este papel e passou a incorporar outras formas de luta, pois, além das reivindicações tradicionais, como os mesmos

direitos, passou a incorporar as raízes destas desigualdades. Acabou com a aura de um “eterno feminino”, com a crença de uma inferioridade “natural” da mulher. Terminou, também, a idéia de que os homens estariam predeterminados ao mundo externo e as mulheres, interno para a procriação. É o fim de uma diferenciação citada por Solange Simões de homem público e mulher pública, sendo o homem público um homem de grandes virtudes e voltado aos interesses da comunidade e a mulher pública uma “degradada, posta ao serviço da sexualidade de todos”²³².

Para Fernando Gabeira, o movimento feminista se tornou uma linha divisória nos anos que se seguiram a 1968. Significou aceitar um novo tipo de relação sexual em que o papel clássico dos homens passa a ser questionado:

Lembro-me das primeiras festas em que fomos na Suécia e vimos que, nelas, não somente os homens tiravam as mulheres para dançar, mas as mulheres também o faziam. Isso era um embaraço no princípio. Tirar para dançar é apenas uma metáfora, no passo seguinte, iria se compreender que tanto um homem pode convidar a mulher para dormirem juntos quanto a mulher também pode fazê-lo²³³.

Esta queda definitiva de tabus marcou época. As mulheres saíram da sua condição de frágeis e se engajaram na luta armada. Não que a luta armada defendesse questões feministas, mas é uma nova forma de ação em que as mulheres tiveram papéis ativos e diretos. É interessante notar, em depoimentos, as dificuldades encontradas por muitas dentro das próprias organizações causadas pelo “machismo”. Mas elas só tomaram consciência da existência desta divisão sexual

no exterior, durante o exílio²³⁴. Tomemos como exemplo as falas de Maria do Carmo Brito e Maria José Nahas:

É claro que existia machismo na organização, mas, para mim, francamente, dentro do Brasil nunca fez diferença o fato de ser mulher, isso não existia²³⁵

Esse negócio de masculino, feminino, feminista, isso para mim não existia. Eu tomei conhecimento disso quando eu cheguei do exílio. Não existia²³⁶.

Contudo, é recorrente as reclamações sobre os papéis delegados às mulheres nas ações. Normalmente desempenhavam papéis de apoio às ações, setores de propaganda e junto às massas. Poucas mulheres chegaram ao comando dessas organizações militaristas. Podemos citar dois casos como o de Vera Sílvia Magalhães no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e de Dilma Rouseff na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que comandou o famoso assalto ao cofre do Governador de São Paulo Adhemar de Barros. Entre as que foram pioneiras em literalmente pegar em armas citamos Maria José Nahas, em Minas, e Dulce Chaves, em São Paulo. A participação de Maria José no comando armado e nos assaltos tornou-a conhecida como a “Loura dos Assaltos”.

Claro, a presença de uma mulher era... (pausa) E aí saiu na imprensa a questão da loura. Era a Loura, a loura dos assaltos, a loura de Sabará. E quando eu fui presa, nossa! Eu fui interrogada dias para afirmar que eu era loura, se eu usava botas, se [tinha] um vestido verde esvoaçante. E eu fui enrolando aquilo, no final eu falei assim: “Gente, se é tão importante para vocês eu ser loura, tá ok, eu sou loura, tudo bem”. “Tava de botas e tava com um vestido, só que nada disso é verdade”²³⁷.

O fato da presença feminina causou a formação de uma imagem sexualizada da militante. Sem dúvida, a contribuição da ideologia anticomunista presente na época de que a mulher comunista é socializada, dorme com todos os homens, foi marcante e, aliada a ela, o fato de uma mulher pegar em armas, o que representa uma mulher de atitude, determinada, atraente e transgressora, que mexe com o imaginário dos homens, principalmente da direita, que eram casados com senhoras que faziam “Marchas com Deus pela Liberdade” e que eram as esposas-mães-donas-de-casa (com quem as guerrilheiras haviam rompido) e estavam dentro da moral sexual conservadora. Por isto a formação desta personagem “loura”, “de vestido esvoaçante” e “botas” com “uma metralhadora na mão” que enchia a imaginação dos homens, mas que não era real, segundo a entrevistada.

Através do livro de Reinaldo Guarany, ex-militante da ALN, podemos ver explicitamente a visão machista de alguns dos companheiros de grupos armados. Em “A fuga”, escrito em 1984, ele diz que as mulheres na esquerda seguiam uma linha bem definida: quanto mais barra-pesada fosse a organização mais feias eram e menos mulheres havia (ALN e VPR); quanto mais de proselitismo fosse, eram em maior número e mais jeitosinhas (AP, POLOP). Segundo Guarany, a situação da ALN (militarista) a situação era “negra”, todas as poucas mulheres usavam sandálias de nordestino e saias de freira e ainda o que ele julgava o pior: “antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga (Mariguella), depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago!”. Completou o comentário:

Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época falavam de feminismo, e as mulheres de esquerda que estavam rompendo com um monte de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo.

A proposta da época era a de Che Guevara, da criação de homens e mulheres novos após a revolução, não de liberação da condição feminina. Esta não era uma proposta específica da sociedade brasileira até então. O surgimento e a propagação dos movimentos feministas levou a uma crítica teórica dentro do marxismo. Maria Paula Nascimento diz que estes movimentos traziam uma crítica radical no interior do marxismo ortodoxo, que enfatizava a dimensão econômica da noção de classe. Ao privilegiar a opressão de classe, o marxismo teria secundarizado ou ocultado outras formas de opressão - sexual, religiosa e racial .

Ao que parece, todas essas discussões acerca de revolução sexual e feminista estão dentro do âmbito político da esquerda. Segundo Guillebaud, em 1968, essas questões eram de esquerda, sim, porque os que dela fizeram parte tinham razão em acabar com a velha moral e “o mundo pudico, autoritário, patriarcal, arcaico” no qual foram educados. Mas que nem sempre foi assim na história, por exemplo, na Alemanha nazista, a esquerda alemã acusava os nazistas de libertinagem, principalmente de homossexualismo (idem, 178). A esquerda, nesse período, é que era “moralista”.

A discussão revisionista, hoje, acerca do movimento feminista, enxerga-o como excludente e elitista, na medida em que quem está fora do mercado de trabalho não tem mais valor²⁴¹.

Enfim, a participação das mulheres na luta armada não causou uma “masculinização” destas, mas abriu espaço para a cultura da participação das mulheres no espaço público.

Conclusão

O que procurei neste trabalho foi contribuir para a análise da participação de grupos armados no combate ao regime militar, com um enfoque especial em Minas Gerais - estado que no início da década de 60, primava por características conservadoras. Estado este em que se podia encontrar discretos senhores da elite patrocinando qualquer manifestação anticomunista enquanto distintas senhoras pegavam no terço defender suas famílias do “grande mal” da “doutrina” comunista.

A violência durante o regime militar foi adotada pelos dois lados antagônicos. Militares e comunistas, ao seu modo, tinham suas táticas de combate. Por um lado havia a tortura como política de Estado, e, por outro, armas, bombas caseiras, sequestros, etc. Lembrando, que não está em questão se um ou outro é mais poderoso e detém as melhores armas, é fato consumado que a capacidade bélica e tática dos militares é bem maior que a dos guerrilheiros.

O que motivou centenas de jovens a pegarem em armas? Uma resposta reducionista e que aparece com mais frequência ultimamente mesmo entre os ex-guerrilheiros (à medida que o tempo passa, pode-se olhar as coisas de um outro ângulo) é aquela que justifica o radicalismo revolucionário como “coisa da juventude”, ou “porque éramos utópicos”. Em certa parte sim, jovens utópicos, mas, que em meio à tempestade causada por um governo que cerceia liberdades, valor inalienável, eram o que puderam ser em momentos onde falta a visibilidade de

melhora da situação. Democráticos ou não, esta foi a forma mais urgente encontrada. Se havia dado certo em outro lugares, porque aqui não daria? Muitos pensaram. Faltou estratégia, faltou a visão mais ampla da realidade, faltou tática. Não deve ter faltado vaidade, sim, quem sabe não se tornariam os “heróis da revolução”?

É neste radicalismo que se inseriu o COLINA. Um grupo que aderiu à violência revolucionária, contudo, herdou da sua renegada POLOP um aparato de erudição com seus mais politizados e teóricos quadros. Foi uma organização de curta duração, porém de representatividade. Pioneira em vários aspectos ousados, como sendo a primeira a assumir a autoria de um assalto como uma ação política, foi a primeira a denunciar os “castigos cruéis e desumanos” dentro das prisões e do DOPS, teve uma das primeiras mulheres a pegar em armas e assaltar bancos, em contrapartida, foi também a primeira a *cair*. O COLINA teve militantes de grande destaque, seja por seu intelecto ou por coragem em ações e denúncias contra o regime. Digna de destaque é a família Pezzuti que militou toda na organização. Sejam os filhos Angelo e Murilo, no enfrentamento armado, seja a mãe Carmela no apoio logístico da organização e nas denúncias no exterior, ou na tia, Ângela lutando em favor dos exilados.

A história do COLINA não se esgotou, esta é só uma pequena contribuição, um estudo de uma pequena parcela dos participantes, ainda há muito a ser pesquisado, descoberto e escrito.

A discussão revisionista, hoje, acerca do movimento feminista, enxerga-o como excludente e elitista, na medida em que quem está fora do mercado de trabalho não tem mais valor²⁴¹.

Enfim, a participação das mulheres na luta armada não causou uma “masculinização” destas, mas abriu espaço para a cultura da participação das mulheres no espaço público.

- ¹ CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc,1992. pp.15. ²BLOCH, Marc. *A apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pp.65.
- ³Bobbio faz um estudo das distinções entre direita e esquerda, na defesa de que a idéia destes dois conceitos não são apenas “recipientes” de que se depositou um conteúdo qualquer. Ao aprofundar-se mais nas distinções, o autor trabalha com mais dois termos que são desdobramento dos primeiros: moderantismo e extremismo, que “se baseia não na diferença dos fins, mas na diferença dos meios utilizados para alcançar O fim prefixado”. Esses termos são de grande valia para nosso estudo. Cf: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda- razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, UNESP: 1995. pp.12.
- ⁴ CHAUVEAU & TÉTART. op. cit.pp.29.
- ⁵ BLOCH, Marc. *A apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: JZE, 2001 .pp. 58.
- ⁶ Cf: GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos - Historiografia*, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.
- ⁷ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. IN: AMADO & MORAIS. *Os usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: GV, 2000. pp. 215.
- ⁸ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da historia. IN: AMADO & MORAIS.op.cit.. pp. 218.
- ⁹ CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc,1992. pp.27,
- ¹⁰ RÉMOND, René. O retorno do político.IN: CHAUVEAU & TÉTART. Op. cit. pp.51.
- ¹¹ Idem. pp.53.
- ¹² MORAES & BIGNOTTO. Apresentação. IN: MORAES & BIGNOTTO. *Hannah Arendt: diálogos, reflexões e memórias*.Belo Horizonte/ UFMG, 2003. pp. 5.
- ¹³ RÉMOND *apud* FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO Sc VAINFAS. *Dominios da História - Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 80.
- ¹⁴Cf:JULLIARD, Jacques. A política. IN: LE GOFF, Jacques (comp.) *História: novas abordagens*.F.Alves: Rio de Janeiro, 1988.
- ¹⁵ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. IN: BURKE. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESO, 1992. pp. 8,
- ¹⁶ Cf. FERREIRA, Marieta. Apresentação. IN: FERREIRA (org.).*Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ¹⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado -História oral* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp. 10,
- ¹⁸ Idem, pp.22.
- ¹⁹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora Unicamp, 1990
- ²⁰ Cf: NORA, Pierre. *Entre memória e história- A problemática dos lugares*. S/r.
- ²¹Idem.pp.9.
- ²² HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950 pp.47.
- ²³ JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de ia memória*.Buenos Aires: Siglo XXI, 2000. **pp.13**.
- ²⁴ Idem, pp.21,
- ²⁵Ibdem. pp.2.
- ²⁶ Ibidem. pp.4.
- ²⁷ Cf: ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- ²⁸ ORLANDI. Op.cit. pp.55.
- ²⁹ BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*.São Paulo: Companhia das Letras. 1994. pp. 453.
- ³⁰ CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil: 1967-1971*.Lisboa: Moraes Editores, 1976.
- ³¹ IBRAHIM, José. Prefácio à edição portuguesa. IN: CASO. op. cit. pp.7.
- ³² REIS FILHO, Daniel & SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da revolução*.Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- ³³ REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro- os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ³⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*.São Paulo: Atiça, 1990.

- ³⁵ DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Belo Horizonte, Amuad, 1988.
- ³⁶ PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro, Amuad, 1996.
- ³⁷ PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Anchiame, 1986.
- ³⁸ VIANNA, Marta. *Uma tempestade como a sua memória*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.
- ³⁹ COSTA, Albertina et. all (org.). *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e terá, 1980.
- ⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ⁴¹ RIDENTI. op. cit. pp.21.
- ⁴² ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil - o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- ⁴³ Da mesma autora temos : “Exílio: entre raízes e radares”, que trata das experiências dos guerrilheiros após nos anos em que foram banidos do Brasil. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio - entre raízes e radares*.
- ⁴⁴ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995. pp.71.
- ⁴⁵ Idem. pp.72.
- ⁴⁶ Manifesto de Agosto de 1950 do PCB. IN: CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília: UNB, 1985. pp. 348-363.
- ⁴⁷ Idem. pp. 359.
- ⁴⁸ Resolução de 1958 do PCB. IN: CHACON. op.cit. pp. 366-385.
- ⁴⁹ Cf. SANTOS, Raimundo. “O XX Congresso e o silêncio pecebista”. IN: SANTOS. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. pp. 99-105.
- ⁵⁰ SANTOS, op.cit. pp.99.
- ⁵¹ Grifo meu. Resolução de 1958. op. cit.pp. 382.
- ⁵² REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.pp.25.
- ⁵³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1990..pp.32.
- ⁵⁴ Cf. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. Novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. RÍO de Janeiro: FGV, 2000. pp. 12.
- ⁵⁵ REIS FILHO & SÁ. *Imagens da revolução* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.. pp.7.
- ⁵⁶ Idem. pp.16.
- ⁵⁷ ibdem. pp.18.
- ⁵⁸ Para maiores detalhes: cf. GORENDER, op. cit. 34; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993. pp. 27; REIS FILHO. 1989. op. cit. 36.
- ⁵⁹ Cf. BONOME, Maria Angélica Vieira. *A praia sob o paralelepípedo*. A experiência da AP e as potencialidades da ação política. Dissertação de mestrado. DCP-UFMG, 1994. pp. 56, 81. Vieira, Margarida. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. IN: MARTINS FILHO, João (org.) *1968 faz 30 anos*. São Carlos: UFSCAR, 1998. pp.78, GORENDER. op. cit. pp. 36-37.
- ⁶⁰ Entrevista de Jorge Nahas concedida a autora em 06/01/2006.
- ⁶¹ Cf. REIS FILHO & SÁ. op.cit. pp 89-90; REIS FILHO, op.cit. pp. 34-36; GORENDER. op.cit. pp.35-36.
- ⁶² Entrevista citada.
- ⁶³ Entrevista com Apoio Heringer Lisboa concedida a autora em 01/04/2005.
- ⁶⁴ Entrevista com Cláudio Galeno Linhares concedida a autora em 10/08/2005.
- ⁶⁵ Entrevista com Maria José Nahas concedida a autora em 11/01/2002 e com Jorge Nahas em 06/01/2006.
- ⁶⁶ Entrevista de Apoio Heringer Lisboa à autora em 01/04/2005.
- ⁶⁷ Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381. De acordo com o relatório, o grupo era composto por 3 células: coordenação de informações; terrorismo e expropriação. Porém em entrevista e demais documentos, existiam desdobramentos destas, o que levaria à existência de outras que serão mostradas ao longo do texto.
- ⁶⁸ Cf. Entrevistas : Jorge Nahas, Apoio Lisboa, Cláudio Galeno Linhares e Maria José Nahas de 02/04/2005.

- ⁶⁹ Cf. GORENDER. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1990.; ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, REIS FILHO. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ⁷⁰ REIS FILHO, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO et. all. *Versões e ficções: o sequestro da história*. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 1997.
- ⁷¹ Cf. PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995. pp. 36.
- ⁷² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp.36.
- ⁷³ Cf. BERMAN, Paul. *A tale of two utopias; the political journey of the generation of 1968*. New York: Norton, 1996. Citado por ARAÚJO, op.cit. pp.36.
- ⁷⁴ ARAÚJO, op.cit. pp.38.
- ⁷⁵ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. In *Tempo social: revista de sociologia da USP*. São Paulo, 2 (2): 101-112, 2 sem. 1990.
- ⁷⁶ SIRINELLI, Jean-François. A geração. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Os usos e abusos da História oral* Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- ⁷⁷ Entrevista de Maria José de Carvalho Nahas concedida em 11/01/2003.
- ⁷⁸ REIS FILHO, op.cit. pp.52.
- ⁷⁹ RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário dos anos 60. IN: FREIRE, Alípio et. all. *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997. pp, 414.
- ⁸⁰ CHAUI, Marilena. A tortura como impossibilidade da política. In: BRANCA, Eloísa (org.) *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987. citado por GRECO, Heloísa. . A construção da cultura repressiva: processo histórico de longa duração. IN: GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003. pp.29.
- ⁸¹ ATO INSTITUCIONAL n° 5. IN: FICO, Carlos. *Além do golpe*. São Paulo: Record, 2004. pp.382.
- ⁸² WEFORT, Francisco. Exposição em Seminário. IN: GARCIA, Marco Aurélio (org). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ⁸³ RIDENTI, Marcelo. op.cit. pp 262.84
- ⁸⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Exposição em Seminário. IN: GARCIA, Marco Aurélio (org). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.30.
- ⁸⁵ LENIN, W. I. *Esquerdismo Doença infantil do comunismo*. São Paulo: Símbolo, 1978. pp.75.
- ⁸⁶ Idem. pp. 48
- ⁸⁷ SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. IN: REIS FILHO, Daniel et. ali. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp.159-183.
- ⁸⁸ DEBRAY, Régis. *4 revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s.d.
- ⁸⁹ DEBRAY. op.cit. pp.8. ⁹⁰
- Idem. pp.33.
- ⁹¹ Idem. pp.42.
- ⁹² Cf. ROLLEMBERG. op. cit.
- ⁹³ Entrevista Maria José Nahas em 02/04/2005.
- ⁹⁴ José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, foi preso pela equipe do Delegado Sérgio Fleury, temido torturador do Deops/São Paulo, no dia 30 de maio de 1971. A origem de sua prisão nunca foi esclarecida, mas sabe-se que alguém foi preso no Rio de Janeiro e abriu, sob torturas, um contato com ele em São Paulo. Anselmo, um marinheiro de primeira classe erradamente tratado como cabo pela imprensa, foi torturado e passou a ajudar a repressão. Passou a ser assim o agente Kimble, nome dado por Fleury numa referência ao prisioneiro fugitivo de um seriado de televisão de mesmo nome. Entrega seus companheiros e dá detalhes para que a polícia encontre outros. Essa fase inicial de sua vida entre os torturadores dará lugar a um acordo em que ele passará a ser um infiltrado nas organizações de esquerda, recebendo por esse “trabalho” a módica quantia de US\$ 300,00 mensais. Cf: [http://www.resgatehistorico.com.br/doc_11 .htm](http://www.resgatehistorico.com.br/doc_11.htm)
- ⁹⁵ ROLLEMBERG. op. cit. pp. 55.
- ⁹⁶ Entrevista de Guido Rocha. Fita 3 lado A. pp.2. Concedida a Maria Eliza Borges e Marcelina das Graças de Almeida em 11/11/1991. Acervo do programa de História Oral da UFMG.

- ⁹⁷ Entrevista de Guido Rocha. Fita 3 lado A. pp.1. Concedida a Maria Eliza Borges e Marcelina das Graças de Almeida em 11/11/1991. Acervo do programa de História Oral da UFMG.
- ⁹⁸ Um dos fundadores da POLOP, que faleceu recentemente. Seu nome real era Eric Sarchs. Cf: Entrevista Jorge Nanas em 06/01/2006.
- ⁹⁹ Cf: Vanguarda política e vanguarda ideológica. 12 de agosto de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 207.
- ¹⁰⁰ Programa socialista para o Brasil, setembro de 1967. In: REIS FILHO & SÁ. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. pp. 89- 116.
- ¹⁰¹ Idem. pp.116.
- ¹⁰² Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 13.
- ¹⁰³ Entrevista citada. Fita 2 , lado B. pp 18.
- ¹⁰⁴ Cf: Carta aberta aos revolucionários. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2 Imagem 14.
- ¹⁰⁵ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. pp. 36.
- ¹⁰⁶ Idem.
- ¹⁰⁷ Cf. Entrevista Guido Rocha citada; Cópia da sentença do grupo COLINA. Rolo 1, pasta 15, imagem 2414; Relatório final do IPM. Rolo 2 , pasta 24, imagem 1832. Os dois documentos presentes no Acervo do DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro.
- ¹⁰⁸ Documento “Informe Nacional”. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 3.
- ¹⁰⁹ Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2383.
- ¹¹⁰ Documento “Informe Nacional”. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 3.
- ¹¹¹ Sentença do Grupo COLINA. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 1: Pasta 15: Imagem 2415.
- ¹¹² Entrevista de Maria José Nahas concedida a autora em 02/04/2005.
- ¹¹³ Entrevista de Irani Campos concedida a autora em 17/01/2006.
- ¹¹⁴ Cf. PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. pp.63; Entrevista Apoio Lisboa concedida em 01/04/2005.
- ¹¹⁵ PAIVA, Maurício. Op.cit.pp.75.
- ¹¹⁶ Cf: Aspectos práticos do trabalho operário. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub: 5 Imagem 34.
- ¹¹⁷ Entrevista de Maria José Nahas concedida a autora em 11/01/2003.
- ¹¹⁸ Entrevista de Irani campos concedida a autora em 17/01/2006.
- ¹¹⁹ “Concepção da luta revolucionária”. IN: REIS FILHO & SÁ. op. cit.. pp. 159.
- ¹²⁰ Entrevista Jorge Nahas em 06/01/2006.
- ¹²¹ Programa socialista para o Brasil, setembro de 1967. In: REIS FILHO & SÁ. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. pp. 109.
- ¹²² Cf: Diretrizes para o trabalho operário. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub 4 Imagem 25.
- ¹²³ Entrevista de Jorge Nahas concedida a autora em 06/01/2006.
- ¹²⁴ Caráter a revolução brasileira. Contribuição de Minas. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub 17 Imagem 198.
- ¹²⁵ “Concepção da luta revolucionária”. IN: REIS FILHO & SÁ. op. cit.. pp. 51.
- ¹²⁶ Cf. LOWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. pp.52.
- ¹²⁷ DEBRAY, Régis. *A revolução na revolução*. São Paulo: Centro de Estudos Latino Americano: s.d.
- ¹²⁸ Cf: “Concepção da luta revolucionária”. IN: REIS FILHO & SÁ. op. cit. pp. 146.
- ¹²⁹ Por uma disciplina revolucionária. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-Pasta 17: Imagem: 0186.
- ¹³⁰ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão & Sá, Jair. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.159 e VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia, Maria do Carmo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 75 -79.
- ¹³¹ “Concepção da luta revolucionária”. IN: REIS FILHO & SÁ. op. cit. pp, 159.
- ¹³² Cf. ROLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- ¹³³ Entrevista de Apoio Lisboa concedida a autora em 01/04/2005.
- ¹³⁴ Conteúdo e forma do governo revolucionário. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 17: Imagem 0197.
- ¹³⁵ RIDENTI. op.cit. pp.262.
- ¹³⁶ Entrevista Jorge Nahas já citada.
- ¹³⁷ REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Barasiliense, 1989.pp.1 18-135.
- ¹³⁸ Entrevista Jorge Nahas já citada.
- ¹³⁹ "Concepção da luta revolucionária". IN: REIS FILHO & SÁ. op. cit. pp.158.
- ¹⁴⁰ Sobre o *Pentotal*: era uma substância apelidada de "soro da verdade", que faz a pessoa faiar em estado de sonolência; faz inchar quando jogada no rosto, pode levar à necrose do local onde injetado. Cf.VIANNA, op. cit. p. 77 e BRASIL: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985, p.39.
- ¹⁴¹ Cf. Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381; Entrevista de Maria José Nahas em 11/01/2003; Entrevista de Irani Campos em 17/01/2006; "Toda a verdade sobre os assaltos". Jornal Estado de Minas. 30 de maio de 1969.
- ¹⁴² "Toda a verdade sobre os assaltos". Jornal Estado de Minas. 30 de maio de 1969; Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo I: Pasta 15. Imagem 2381
- ¹⁴³ Cf. Entrevista Maria José Nahas em 11/01/2003; DANIEL.op.cit.pp.18; "Toda a verdade sobre os assaltos" Jornal Estado de Minas. 30 de maio de 1969.
- ¹⁴⁴ Sobre a participação do COLINA na greve: RIDENTI. op.cit. pp.178-179; Entrevistas: Apoio Lisboa em 01/01/2005; PIQUETE . Ano 3, nº 94, 1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0188. PIQUETE . Ano 3, nº 92, 17/10/1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0190; PIQUETE . Ano 3, nº 93, 1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0192.
- ¹⁴⁵ Cf. Panfleto assinado pelo grupo COLINA jogado em 18/10/1968. Acervo pessoal Elza Correa da Silva Porto; PIQUETE . Ano 3, nº 93, 1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0192. "Terroristas explodem casa de interventor". Última Hora. 19/10/1968.
- ¹⁴⁶ "Onésimo Viana temproteção policial". Estado de Minas. 22/10/1968.
- ¹⁴⁷ "Toda a verdade sobre os assaltos" Estado de Minas. 30/05/1969; "Organização subversiva que agia em Minas é descoberta". Jornal do Brasil. 30/05/1969. p. 12.
- ¹⁴⁸ Entrevista de Cannela Pezzuti concedida à autora em 28/03/2005.
- ¹⁴⁹ Delegado e um dos torturadores citados na Carta de Linhares e no projeto Brasil: nunca mais, conforme será apresentado no próximo capítulo.
- ¹⁵⁰ Sobre a prisão: Cf. Depoimentos já citados de Maria José nahas, Jorge Nahas, Carmela Pezzuti; Documento de Linhares datado de dezembro de 1969. Cedido por Maria José Nahas; PAIVA. op. cit. pp.35 ; PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro, Amuad, 1996.
- ¹⁵¹ Cf. GRECO, Heloísa. A cultura do simulacro: peculiaridades da ditadura militar brasileira. IN: GRECO, op.cit. pp. 27.
- ¹⁵² Cf. GRECO, Heloísa. A construção da cultura repressiva: processo histórico de longa duração. IN: GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003.
- ¹⁵³ SAMET *apud*. GRECO, op. cit.pp.11.
- ¹⁵⁴ Cf. CARVALHO, Annina Alcantra. A lei, ora, a lei... IN: FREIRE, el all. *Tiradentes: um presídio da ditadura* São Paulo:Scipione, 1997. pp. 405.
- ¹⁵⁵ Cf.: GRECO, op.cit.pp.51-52.
- ¹⁵⁶ Idem. pp.406-407.
- ¹⁵⁷ Cf. CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. IN: FREIE et. all. op.cit. pp.474.
- ¹⁵⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de janeiro: FGV, 1997. pp.59.
- ¹⁵⁹ FICO, op. cit. pp.70.
- ¹⁶⁰ GRECO, op.cit.pp.33.

- ¹⁶¹ Cf. COIMBRA, Cecília. Algumas práticas “psi” no país do milagre. IN: FREIRE, el all, op. cit. pp. 423-436.
- ¹⁶² Reportagem intitulada: “Murici aponta aliciamento de jovens para o terror”. IN: COIMBRA, op. cit. pp.431.
- ¹⁶³ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2002. pp. 61.
- ¹⁶⁴ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN : Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.71.
- ¹⁶⁵ Idem. pp, 72.
- ¹⁶⁶ A tortura, o que é, como evoluiu na História. IN: Projeto B BNM, 1985. pp. 281.
- ¹⁶⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 22.
- ¹⁶⁸ ABRANCHES *apud* SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. pp.100.
- ¹⁶⁹ ARENDT, *Hawiah..Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama e texto, 1983.
- ¹⁷⁰ DEJOURS, Christophe. "A banalização do mal". In: *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro. FGV; 1999..p.115.
- ¹⁷¹ Idem. p.102.
- ¹⁷² DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura. Política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp.343.
- ¹⁷³ Idem.
- ¹⁷⁴ CHAUI *apud* GRECO. pp.28
- ¹⁷⁵ TORTUREI MAIS DE TRINTA. Entrevista com Marcelo Paixão à revista *Veja*. 1998. www.veja.com.br
- ¹⁷⁶ DEJOURS. op.cit. p. 110.
- ¹⁷⁷ Idem. Ibidem. p. 100.
- ¹⁷⁸ ANTUNES, op. cit. pp.77.
- ¹⁷⁹ Idem. pp.91.
- ¹⁸⁰ D'ÁRAÚJO, M.Celina e CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 225.
- ¹⁸¹ Cf. GRECO. op.cit. 45.
- ¹⁸² FICO. op. cit, 2004. pp. 76.
- ¹⁸³ Cf. RIBEIRO, Flávia F. *Linhares; Resistência e repressão num presídio na ditadura militar*. IN: ANAIS do IV Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder. Juiz de Fora. 2005.
- ¹⁸⁴ Entrevista com ex-agente concedida a autora em 02/04/2005.
- ¹⁸⁵ Idem.
- ¹⁸⁶ Entrevista da Maria José Nahas em 02/04/2005 concedida a autora.
- ¹⁸⁷ Para maiores informações sobre os métodos cf: Projeto Brasil: Nunca Mais.
- ¹⁸⁸ Cf. Documento de Linhares. Datado de dezembro de 1969. Retirado do Arquivo de Maria José Nahas.
- ¹⁸⁹ Projeto B Brasil: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985. pp.31-33.
- ¹⁹⁰ DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982. pp.99
- ¹⁹¹ Manuscrito de Ângelo Pezzuti anexado ao documento de Linhares. Datado de 19 de dezembro de 1969.
- ¹⁹² Cf. VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral .IN: FERREIRA, Marieta & AMADO, Jaina. (org-) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2000. pp.247-266.
- ¹⁹³ Entrevista de Carmela Pezzuti em 28/03/2005 concedida a autora.
- ¹⁹⁴ Entrevista de Ângela Pezzuti em 11/01/2006 concedida a autora.
- ¹⁹⁵ Entrevista de Jorge Nahas em 06/01/2006 concedida a autora.
- ¹⁹⁶ RIBEIRO, op.cit. pp. 8.
- ¹⁹⁷ Cf. GRECO. A luta pela anistia nos cárceres. op. cit. pp.186.
- ¹⁹⁸ Entrevista de Ângela Pezzuti concedida à autora em 11/01/2006.
- ¹⁹⁹ Entrevista de Carmela Pezzuti concedida à autora em 28/03/2005.
- ²⁰⁰ Entrevista de Maria José concedida à autora em 11/01/2003.
- ²⁰¹ Entrevista já citada de Ângela Pezzuti.

-
- ²⁰² Idem.
- ²⁰³ Cf. Entrevista de Ângela Pezzuti e Irani Campos.
- ²⁰⁴ Entrevista Maria José, já citada.
- ²⁰⁵ Idem.
- ²⁰⁶ O ato de banimento foi criado pelo AI-13 de 05/09/1969. Em novembro de 78 havia 130 banidos do território brasileiro: 15 trocados pelo embaixador americano em set./69; 5 trocados pelo cônsul japonês em mar/70; 40 trocados pelo embaixador alemão em jun/70 e 70 trocados pelo embaixador suíço em jan/71. Cf.: GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Tese de doutorado*. Departamento de história. FAFICH. UFMG. 2003. pp.51.
- ²⁰⁷ GOMES. op.cit. pp.15.
- ²⁰⁸ Carta de Angelo Pezzuti a Jorge Nahas escrita em 13 de outubro de 1972. Cedida por Maria José Nahas.
- ²⁰⁹ Para maior panorama do Chile neste período: POLOMER, Azun. *El día interminable. Memória y instalación del 11 de setembro de 1973 en el Chile (1974-1999)*. Buenos Aires. Siglo XXI, 2000.
- ²¹⁰ Carta de Angelo Pezzuti a Jorge Nahas escrita em 8 de fevereiro de 1972. Cedida por Maria José Nahas
- ²¹¹ Entrevista de Jorge Nahas concedida a autora em 06/01/2006.
- ²¹² Entrevista Carmela Pezzuti já citada.
- ²¹³ Entrevista Ângela Pezzuti, já citada.
- ²¹⁴ Entrevista de Apoio Lisboa em 01/04/2005.
- ²¹⁵ Entrevista de Maria José, já citada.
- ²¹⁶ Entrevista Jorge Nahas concedida a autora em 06/01/2006.
- ²¹⁷ Entrevista de Irani Campos concedida a autora em 17/01/2006.
- ²¹⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. IN: Gomes, Angela (org.). *Escrita de si, escrita da História. Kio* de Janeiro: FGV, 2004. pp.13.
- ²¹⁹ Carta de Angelo Pezzuti a Jorge Nahas escrita em 13 de outubro de 1972. Cedida por Maria José Nahas.
- ²²⁰ GOMES, op.cit. pp.20.
- ²²¹ Entrevista Angela Pezzuti, já citada.
- ²²² Entrevista Irani Campos, já citada.
- ²²³ SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992. pp.65.
- ²²⁴ MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? IN: *Cadernos Pagu*. Nº11, 1998: pp 99-105. PP.109.
- ²²⁵ JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. pp.107-108.
- ²²⁶ Entrevista de Maria José Nahas concedida a autora em 11/01/2003.
- ²²⁷ Para maior visibilidade da participação das mulheres conservadoras na política ver: STARLING, Heloísa. *Os senhores da gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1986; SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ²²⁸ ROEDEL et. ali. *PCB: Oitenta anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2002. pp. 90.
- ²²⁹ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vols.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp.13.
- ²³⁰ MACHADO. op.cit. 109.
- ²³¹ ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.103.
- ²³² SIMÕES. op.cit. pp.20.
- ²³³ BENDIT, Cohn & GABEIRA, Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. pp.33.
- ²³⁴ RIDENTI. op.cit. il 8.
- ²³⁵ Maria do Carmo Brito. IN: RIDENTI, Marcelo. *As mulheres na política brasileira: Os anos de chumbo*. Tempo social; Revista de sociologia da USP. V.2, 2 sem.1990. pp. 118.
- ²³⁶ Maria José Nahas em entrevista à autora em 02/04/2005.
- ²³⁷ Idem.
- ²³⁸ GUARANY *apud* RIDENTI: op. cit. pp.1 19.

²³⁹ NASCIMENTO, Maria Paula. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. RIO de Janeiro: FGV, 2000.pp.10.

²⁴⁰ GUILLEBAUD, Jean Claude. A consolação da Revolução Sexual. IN; GARCIA, Marco Aurélio. *Rebeldes e contestadores: 1968- Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.pp.176.

²⁴¹ Cf.: “Liberdade vigiada”. Caderno Mais. Folha de São Paulo. 2 de abril de 2006.pp. 4-6.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS A ISABEL LEITE

Ângela Pezzuti em 11/01/2006.

Apoio Heringer Lisboa em 01/04/2005.

B.S.M. em 02/04/2005.

Carmela Pezzuti em 28/03/2005.

Cláudio Galeno Linhares em 10/08/2005.

Elza Corra da Silva Porto em 24/11/2002

Irani Campos em 17/01/2006.

Jorge Nahas em 06/01/2006.

Maria José Nahas em 11/01/2002 e 02/04/2005.

Guido Rocha. Concedida a Maria Eliza Borges e Marcelina das Graças de Almeida em 11/11/1991. Acervo do programa de História Oral da UFMG.

DOCUMENTOS DOPS/MG NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

“Aspectos práticos do trabalho operário”. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub: 5 Imagem 34 .

“Caráter a revolução brasileira”. Contribuição de Minas. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub 17 Imagem 198.

“Carta aberta aos revolucionários”. Setembro de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 13.

“Conteúdo e forma do governo revolucionário”. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 17: Imagem 0197.

“Cópia da sentença do grupo COLINA”. Rolo 1, pasta 15, imagem 2414.

“Diretrizes para o trabalho operário”. Acervo DOPS/MG-APM. Rolo 2: Pasta 16: sub 4 Imagem 25

“Informe Nacional”. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 3.

“PIQUETE” . Ano 3, nº 94, 1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0188.

“PIQUETE”. Ano 3, nº 92, 17/10/1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0190.

“PIQUETE”. Ano 3, nº 93, 1968. Acervo DOPS/MG - APM Rolo 2: Pasta 16: Sub-pasta 12. Imagem 0192.

“Relatório referente ao COLINA”. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381.

“Relatório final do IPM”. Rolo 2 , pasta 24, imagem 1832.

“Vanguarda política e vanguarda ideológica”. 12 de agosto de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 207.

MATÉRIAS DE JORNAIS

“TERRORISTAS explodem casa de interventor”. Última Hora. 19/10/1968. Arquivo Projeto Carmela Pezzuti, UNI-BH.

“ONÉSIMO Viana tem proteção policial”. Estado de Minas. 22/10/1968. Arquivo Elza Correa da Silva Porto.

“TODA A verdade sobre os assaltos”. Jornal Estado de Minas. 30 de maio de 1969. Arquivo Elza Correa da Silva Porto.

“ORGANIZAÇÃO subversiva que agia em Minas é descoberta”. Jornal do Brasil. 30/05/1969. Arquivo Projeto Carmela Pezzuti, UNI-BH.

TORTUREI mais de trinta. Entrevista com Marcelo Paixão à revista *Veja*. 1998.

www.veja.com.br

“LIBERDADE vigiada”. Caderno Mais. Folha de São Paulo. 2 de abril de 2006.pp. 4-6.

DOCUMENTOS CEDIDOS PELOS ENTREVISTADOS

Panfleto assinado pelo grupo COLINA jogado em 18/10/1968. Cedido por Elza Correa da Silva Porto.

Documento de Linhares datado de dezembro de 1969. Cedido por Maria José Nahas.

Manuscrito de Ângelo Pezzuti anexado ao documento de Linhares. Datado de 19 de dezembro de 1969. Cedido por Angela Pezzuti.

Carta de Angelo Pezzuti a Jorge Nahas escrita em 13 de outubro de 1972. Cedida por Maria José Nahas.

Carta de Ângelo Pezzuti a Jorge Nahas escrita em 8 de fevereiro de 1972. Cedido por Maria José Nahas.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *História Oral - A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN : Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-velado-psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1994.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. Novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. ARENDT, Hannah. O Totalitarismo. In: *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Diagrama e texto, 1983.

ARGOLO, José Amaral et al. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vols.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. IN: AMADO & MORAIS. *Os usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: GV, 2000.
- BIGNOTTO, Newton. & MORAES, Eduardo Jardim. *Hannah Arendt - diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BLOCH, Marc. *A apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- _____. et.al. *Dicionário de Política vol 1 e 2*. Brasília: EdUnB, 2004.
- _____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. *Teoria das formas de governo*. Brasília: EdUnB, 1986.
- BONOME, Maria Angélica Vieira. *A praia sob o paralelepípedo. A experiência da AP e as potencialidades da Ação Política*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política: UFMG, 1994
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade-Memória de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras: 1994.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. IN: BURKE. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESO, 1992.
- _____. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESO, 1992.
- CARDOSO, Irene. *68 - a comemoração do impossível* Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol 10, n° 2, outubro de 1998.
- _____. *Memória de 68: terror e interdição do passado*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Vol. 2, n° 2, 2° semestre de 1990.
- _____. *Maria Antônia - a interrogação de um lugar a partir da dor*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Vol. 8, n° 2, outubro de 1996.

- CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil: 1967-1971*. Lisboa: Moraes Editores, 1976.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília: UNB, 1985.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. IN: AMADO & MORAIS. *Os usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: GV, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. A tortura como impossibilidade da política. IN: BRANCA, Eloísa (org.) *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petópolis: Vozes, 1987.
- CHAUMONT, Jean-Michel. “Banalité du mal ou banalisation du mal ?”. In: *Hannah Arendt: Ia “banalité du mal” comme mal politique. Vol.2*. Paris: L'Harmattan;1998. pp.217-222.
- CHAUVEAU, Agnès (org.). *Questões para a história do presente*.Bau.ru: Edusc,1992.
- CHERESKY, Isidoro & CHONCHOL, Jacques. (org).*Crise e transformação dos regimes autoritários*. São Paulo: ícone, 1986.
- COGGIOLA, Osvaldo, (org.) *Historia e revolução*.São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COLETÂNEA. *Versões e Ficções: o sequestro da história*.São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- COSTA, Albertina et. all (org.). *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e terá, 1980.
- COUTO, Ronaldo Costa. *A história indiscreta da ditadura e abertura*. Rio de Janeiro: Record,1998.
- _____. *Memória viva do regime militar'*.Rio de Janeiro, São Paulo: Record,1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

- D'ÁRAÚJO, M.Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Belo Horizonte: Amuad, 1988.
- DEBRAY, Régis. *A revolução na revolução*. São Paulo: Centro de Estudos Latino Americano, s.d.
- DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil- 66/80*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DEJOURS, Christophe. A Banalização do Mal. IN: *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DREIFUSS, Renée Armand. *1964: A conquista do estado - Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, André. “Arendt e as implicações ético-políticas do pensamento e do juízo”. In: *O pensamento à sombra da ruptura. Política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FALCON, Francisco. “História e Poder.” In: *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (organizadores). Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 61-89
- FERNANDES, Florestan. O que é Revolução? IN: *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- FERREIRA, Marieta Moraes, (coord.). *Entre-vistas - Abordagens e uso da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994.
- ____ & AMADO, Janaina.(org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. São Paulo: Record, 2004.
- ____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- _____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- FON, Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Comitê Brasileiro pela Anistia; 1979.
- FREIRE, et all. *Tiradentes: um presídio da ditadura* São Paulo:Scipione, 1997.
- GABEIRA, Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução*.Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GARCIA, Marco Aurelio (org). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos -Historiografia*, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.
- _____. (org.)- *Escrita de si, escrita da História*.Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de Doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003.
- GUILLEBAUD, Jean Claude. A consolação da Revolução Sexual. IN: GARCIA, Marco Aurélio. *Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. La reconstruction du passe. IN: *Lês cadres sociaux de la mémoire*.Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- _____.*A memória coletiva*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- HARNECKER, Marta. *Pidel, a estratégia política da vitória*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

HUNTIGTON, Samuel. *A terceira onda. Democratização no século XX*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *A nova ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo veintiuno editores, 2002.

JULLIARD, Jacques. A política. IN: LE GOFF, Jacques (comp.) *História: novas abordagens*. F. Alves: Rio de Janeiro, 1988.

KEHL; Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro, Imago, 1998.

KONDER, Leandro. *Marx - vida e obra*. São Paulo: Cromossete, 1998.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento feminino pela anistia: esperança de retorno à democracia*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História: UFMG, 1996.

LE GOFF, Jaques. *Memória*. IN: História e Memória, Campinas, UNICAMP, 1992.

LENIN, Vladimir I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo, Símbolo:1978.

LIMA, Samarone, Zé. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

LOWY, Michel - *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo, Expressão Popular, 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? IN: *Cadernos Pagu*. N°11, 1998: pp 99-105.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. (texto integral comentado por Napoleão Bonaparte). Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARTINS, Luciano. *A "Geração AI-5" e Maio de 68 - duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MATOS, Olgária CF. *Tardes de Maio* Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol 10, n° 2, outubro de 1998.

_____. *As mulheres na política brasileira - Os anos de chumbo*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol 2, nº 2, 2º sem. 1990.

RÉMOND, René. O retorno do político. IN: CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1992.

RIBEIRO, Flávia F. *Linhares: Resistência e repressão num presídio na ditadura militar*. IN: ANAIS do IV Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder. Juiz de Fora. 2005.

ROEDEL Hiran et. all. *PCB: Oitenta anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio - entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

_____. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. IN: O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do séc. XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. IN: REIS FILHO, Daniel et. all. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Apresentação. IN: *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. "O PCB na conjuntura 1945-1964". In: *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: UNIRIO: Boitempo Editora, 2001. pp. 37-140.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter. *A escrita da história*, São Paulo: UNESP, 1992

MORAES, João Quartim. *A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Vol. 1, n° 2, 2º semestre de 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. IN: *Cadernos Pagu*. N°11,1998: pp 99-105.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho!': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NORA, Pierre. *Entre memória e história- A problemática dos lugares*. S/r.

Nosso Século: Memória fotográfica do Brasil no século 20. São Paulo: Editora abril cultural, 1980, v. 5 (1960-1980).

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas, UNICAMP, 1992.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 2004.

PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro, Amuad, 1996.

_____. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Anchiame, 1986.

_____. *Transição ao socialismo: As lições do Chile*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

Projeto B Brasil: Nunca Mais: 1985.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: Da revolução ao golpe (1959 - 1964)*. Belo Horizonte, UFMG, 1983.

REIS FILHO, Daniel A e SA, Jair Ferreira (org.). *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel. *1968 - o curto ano de todos sos desejos*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol 10, n° 2, outubro de 1998.

_____. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

SILVA, Francisco Carlos T. Os fascismos. IN: REIS FILHO, Daniel et all (org).*Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Antonio Ozai.*História das tendências no Brasil*.São Paulo: s.ed., s.d.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família- As mulheres no golpe de 64*.Tese de Mestrado. Departamento de Ciência Política: UFMG, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Os usos e abusos da História oral* Rio de Janeiro, FGV, 2000.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*.Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TELLES, Janaina, (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.

THIOLLENT, Michel. *Mai de 1968 em Paris - o testemunho de um estudante*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol 10, nº 2, outubro de 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*.São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOMASSI, Agenor. *Fui estudante em Moscou*.Rio de Janeiro: s.ed., 1971. TOMPSON, Paul *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. VÁRIOS.

Poemas revolucionários. Escola Popular, s.d. mimeo.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

VIANNA, Marta. *Uma tempestade como a sua memória*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

VIEIRA, Margarida Luiza. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. IN: MARTINS FILHO, João (org.) *1968 faz 30 anos*. São Carlos: UFSCAR, 1998.

WEFFORT, Francisco. *Porque Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

XAVIER, Elizabete. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência*. Revista Tempo - UFF, **vol.1**, abril 1996.